

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



## **FORMAÇÃO NA PSP – DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES**

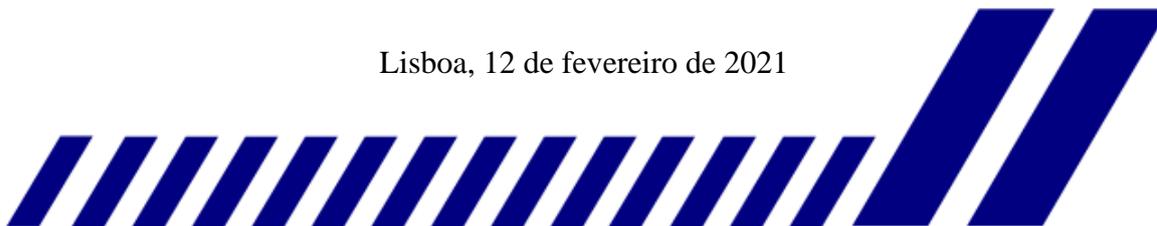
Tipo de Estudo: Estudo de Caso

### **5.º Curso de Direção e Estratégia Policial Trabalho Individual Final**

**Autor:** Intendente Raul Jorge Caetano Curva

**Orientador:** Doutor Filipe José Menezes Mergulhão

Lisboa, 12 de fevereiro de 2021







---

## DEDICATÓRIA

*Ao meu Pai*

*O meu guia espiritual*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho, quer no plano formal, quer na parte emocional.

Agradeço, em primeiro lugar ao meu orientador, Dr. Filipe Mergulhão, meu amigo da adolescência que se tornou, como se previa, um excelente profissional. A sua pronta disponibilidade para ajudar não surpreendeu, mas merece, naturalmente, a minha gratidão. A par, para completar o trio de amizade, ao meu amigo de infância, Ricardo Agrícola, pela eterna amizade.

No seio da PSP, além de todos aqueles que, trabalhando diretamente comigo, mais concretamente no Comando Distrital de Viana do Castelo, permitiram a minha dedicação a este trabalho, destaco pela intervenção direta: o Superintendente Paulo Onofre, pela ajuda na obtenção dos dados relativos à formação na PSP e pela permanente disponibilidade para ajudar a melhorar a situação atual; os Oficiais de Ligação do MAI em França e Espanha, respetivamente, Superintendente-chefe Luís Farinha e Superintendente-chefe José Oliveira, pelo esforço desenvolvido no sentido de obter dados das FSS daqueles países; ao Intendente Hugo Cruz, pelo contato desenvolvido no âmbito da Unidade Nacional CEPOL, junto dos países da União Europeia; aos elementos da biblioteca do ISCPSI, pela ajuda no fornecimento de material bibliográfico no âmbito do tema deste trabalho; e a todos aqueles que responderam ao inquérito realizado.

Agradeço ainda aos elementos da biblioteca municipal de Viana do Castelo, pela ajuda na obtenção de conhecimentos relativamente ao método científico para a formalização da investigação.

Deixo o meu profundo agradecimento aos que, muito provavelmente, foram decisivos para a conclusão deste trabalho: todos os colegas que iniciaram comigo o V CDEP, em 27 de janeiro de 2020. Pela forma como, através do permanente companheirismo, tornaram este ano académico simultaneamente produtivo e alegre.

*Last but not least*, por todo o apoio, à Elisabete, ao meu mano e aos meus filhos Rafael e Bruna... sempre no meu pensamento.



## RESUMO

O sentimento de segurança da população é um fator extremamente importante para a definição da atuação policial.

É essencial perceber o contexto social relativamente à criminalidade, sendo este ambiente fundamental para que a Polícia adapte o seu dispositivo e os seus procedimentos para fazer face aos crimes que criam sentimento de insegurança nos cidadãos, numa determinada área geográfica. Estes crimes podem ser os mais frequentes, os mais graves ou até aqueles que, pela sua rápida evolução, criam maior alarme social.

A formação profissional é importante, não só para a obtenção de conhecimentos, mas também para a adoção de novos procedimentos e sensibilização para o problema, pelo que é fundamental para um combate eficiente à criminalidade. A formação específica em determinados crimes poderá capacitar os profissionais de polícia a enfrentar os desafios impostos por estas atividades ilícitas.

Importa, assim, criar critérios que permitam definir as matérias a incluir na formação profissional da Polícia. Pretende-se com este trabalho desenvolver um método que permita a inclusão do fator estatístico da criminalidade na definição destes critérios, através da análise estatística e dos Planos Anuais de Formação.

**Palavras-chave:** Crime; criminalidade; critério; estatística; formação.



## ABSTRACT

The feeling of security of the population is an extremely important factor for the definition of police action.

It is essential to understand the social context in relation to crime, and this is a key environment for the police to adapt their force and procedures to deal with crimes that create a sense of insecurity in citizens in a given geographical area. These crimes may be the most frequent, the most serious or even those that, due to their rapid evolution, create greater social alarm.

Vocational training is important not only for obtaining knowledge, but also for the adoption of new procedures and awareness of the problem, and it is essential to efficiently combat crime. Specific training in certain crimes may empower police professionals to face the challenges posed by these illicit activities.

It is therefore necessary to create criteria for defining the subjects to be included in the professional training of the Police. The aim of this work is to develop a method that allow the inclusion of the statistical factor of crime in the definition of these criteria, through statistical analysis and the Annual Training Plans.

**Keywords:** Crime; criminality; criterion; statistics; training



## ÍNDICE GERAL

<b><i>DEDICATÓRIA</i></b> -----	<b><i>i</i></b>
<b><i>AGRADECIMENTOS</i></b> -----	<b><i>ii</i></b>
<b><i>RESUMO</i></b> -----	<b><i>iii</i></b>
<b><i>ABSTRACT</i></b> -----	<b><i>iv</i></b>
<b><i>ÍNDICE GERAL</i></b> -----	<b><i>v</i></b>
<b><i>ÍNDICE DE FIGURAS</i></b> -----	<b><i>vii</i></b>
<b><i>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</i></b> -----	<b><i>viii</i></b>
<b><i>INTRODUÇÃO</i></b> -----	<b><i>1</i></b>
<b><i>CAPÍTULO I – OBJETIVO</i></b> -----	<b><i>2</i></b>
<b><i>CAPÍTULO II – PERTINÊNCIA</i></b> -----	<b><i>2</i></b>
<b><i>CAPÍTULO III - ESTADO DE ARTE</i></b> -----	<b><i>4</i></b>
1. Formação Profissional Policial -----	<b><i>4</i></b>
2. Formação na PSP-----	<b><i>5</i></b>
3. Indicadores estatísticos da criminalidade-----	<b><i>6</i></b>
4. Necessidade de formação adequada-----	<b><i>8</i></b>
5. Impacto da formação especializada nos procedimentos policiais -----	<b><i>9</i></b>
<b><i>CAPÍTULO IV - FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO</i></b> -----	<b><i>9</i></b>
<b><i>MÉTODO</i></b> -----	<b><i>11</i></b>
<b><i>CAPÍTULO I – PARTICIPANTE</i></b> -----	<b><i>12</i></b>
<b><i>CAPÍTULO II – INSTRUMENTOS</i></b> -----	<b><i>13</i></b>
1. Análise estatística da criminalidade -----	<b><i>13</i></b>
2. Análise da formação realizada e/ou dos Planos Anuais de Formação -----	<b><i>13</i></b>
3. Inquérito -----	<b><i>15</i></b>



---

<b>CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO</b> .....	<b>15</b>
1. Análise estatística da criminalidade .....	15
2. Análise da formação realizada e/ou dos Planos Anuais de Formação .....	18
3. Inquérito .....	21
3.1. Considerações Metodológicas .....	21
3.2. Participantes .....	22
3.3. Corpus .....	22
3.4. Instrumento de Recolha de Dados .....	22
3.5. Análise .....	23
<b>DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b> .....	<b>29</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>33</b>
<b>APÊNDICE A</b>	
QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS RESPONSÁVEIS PELA ÁREA DE FORMAÇÃO NAS UNIDADES/DEPARTAMENTOS DA PSP .....	<b>38</b>
<b>APÊNDICE B</b>	
FORMAÇÃO PREVISTA/REALIZADA NA PSP (ANOS 2016-2017-2018-2019).....	<b>43</b>
<b>APÊNDICE C</b>	
FORMAÇÃO PREVISTA NA <i>POLICE NATIONALE</i> EM FRANÇA (ANO 2021).....	<b>51</b>

---



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Criminalidade Geral registada em Portugal (2016-2019).....	16
<b>Figura 2</b> - Criminalidade Violenta e Grave registada em Portugal (2016-2019).....	17
<b>Figura 3</b> - Criminalidade Geral registada em França (2016-2019) .....	17
<b>Figura 4</b> - Criminalidade Violenta e Grave registada em França (2016-2019).....	18
<b>Figura 5</b> - Prioridades de formação da PN - Eixo 2 (Apêndice C).....	21
<b>Figura 6</b> - Respostas à questão n.º 1 .....	24
<b>Figura 7</b> - Respostas à questão n.º 2 .....	25
<b>Figura 8</b> - Respostas à questão n.º 3 .....	26
<b>Figura 9</b> - Respostas à questão n.º 4 .....	27
<b>Figura 10</b> - Respostas à questão n.º 5 .....	27



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPOL – Academia Europeia de Polícia

DCRFPN – *Direction Centrale du Recrutement et de la Formation de la Police Nationale*  
(Direção Nacional do Recrutamento e da Formação da Polícia Nacional francesa)

DIREST – Diretiva Estratégica

DF – Departamento de Formação

DNPSP – Direção Nacional da PSP

ENSP – *École Nationale Supérieure de la Police* (Escola Nacional Superior da Polícia francesa)

FSS – Forças e Serviços de Segurança

IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero e Intersexo

MAI – Ministério da Administração Interna

MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

PAF – Plano Anual de Formação

PFT – Plano de Formação de Tiro

PN – *Police Nationale* (Polícia Nacional francesa)

PSP – Polícia de Segurança Pública

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

SEI – Sistema Estratégico de Informação

UE – União Europeia



---

## INTRODUÇÃO

A formação é um dos pilares do desenvolvimento humano e social. Numa sociedade cada vez mais exigente e complexa, os conhecimentos adquiridos através da educação e das ações de formação ao longo da vida, pessoal e profissional, são fundamentais para o progresso em qualquer atividade.

A formação profissional é o garante da manutenção e atualização dos conhecimentos e comportamentos, atribuindo um caráter científico e em conformidade com as necessidades da atividade exercida e com a evolução social.

Tem sido cada vez mais evidente a importância atribuída à formação profissional, quer por parte das empresas e instituições que dedicam uma grande parte da sua atividade à formação de novos colaboradores e dos seus quadros, quer através do aumento do número de entidades formadoras no âmbito desta atividade. Neste último campo verifica-se um aumento significativo de cursos de formação específica, de reciclagem ou de atualização de conhecimentos, para fins profissionais ou de desenvolvimento pessoal e social. (Gabinete de Estratégia e Planeamento, MTSSS, 2017)

A formação da Polícia de Segurança Pública (PSP) é um dos eixos definidos na estratégia da instituição para o triénio 2020-2022. Além da formação inicial, (extremamente importante para atribuição de competências necessárias para o ingresso na atividade policial e na cultura institucional), as ações de formação contínua<sup>1</sup> têm tido um papel importantíssimo na atualização de procedimentos policiais e de comportamento dos polícias.

Estão definidos três eixos de atuação no processo formativo da PSP, de acordo com o respetivo Plano Anual de Formação (PAF): “elevação das competências dos profissionais; aplicação dos saberes adquiridos no desempenho profissional quotidiano; e desenvolvimento dos resultados da organização por consequência da formação” (DNPSP, 2018).

Abel Chanfana (2011) realizou um estudo utilizando o método de questionários, realizado aos profissionais de polícia que exerciam funções no Comando Distrital de Faro, no sentido de verificar a importância que estes elementos atribuem à formação profissional. Este estudo aponta, nas suas conclusões, algumas sugestões relativas à adoção de políticas

---

<sup>1</sup> A NEP n.º RH/DEPFORM/01/01 distingue as várias formas de formação profissional, para além da formação inicial, entre os quais a formação contínua, que “visa a valorização pessoal e profissional através de uma permanente atualização de conhecimentos e competências”.



---

de formação, entre as quais a “seleção criteriosa de conteúdos formativos ajustados às funções que os formandos desempenham” (p. 23).

## CAPÍTULO I – OBJETIVO

Relativamente ao conteúdo da formação, é importante referir que o ensino no âmbito dos direitos humanos, ética e deontologia policial e ainda nos procedimentos policiais gerais, como as técnicas de intervenção policial e tiro, deverão ser sempre tidos em consideração, no sentido de atualizar e cimentar os saberes e comportamentos. Além destas áreas, é primordial definir as matérias que devem constituir o conteúdo das ações a ministrar, em conformidade com as necessidades decorrentes da atividade profissional.

É precisamente no conteúdo da formação profissional complementar que reside o objetivo do presente estudo. A complexidade social e a evolução da criminalidade pressupõem uma atualização permanente das Forças e Serviços de Segurança (FSS), fundamentais para a adaptação dos procedimentos aos novos comportamentos da sociedade.

Verificam-se constantemente variações na estatística criminal, decorrentes das alterações sociais e de vários outros fatores que favorecem o surgimento de novos crimes e a evolução de outros, para os quais as FSS se devem adaptar.

## CAPÍTULO II – PERTINÊNCIA

No que se refere à prevenção criminal, a primeira área de atuação da Polícia, sendo uma vertente cada vez mais valorizada pela sociedade civil (Pissarra, 2018), é fundamental perceber o contexto social relativamente ao sentimento de insegurança da população. Associado a este sentimento, estão os crimes que mais ocorrem numa determinada área geográfica, obrigando as forças policiais a tentarem encontrar respostas para contrariar a atividade criminosa. Fazer face à criminalidade mais frequente ou a que cria maior sentimento de insegurança pode representar um grande desafio, que urge enfrentar. É aqui que sobressai a importância da formação específica, que poderá capacitar os profissionais de polícia a ultrapassar obstáculos com que se deparam nas novas atividades ilícitas.

Os PAF da PSP dos últimos anos apresentam como critérios de priorização das matérias a incluir nas ações de formação: a oportunidade; a capacidade; e a disponibilidade



financeira. O diagnóstico de necessidade é, de acordo com o PAF 2019<sup>2</sup> (DNPSP, 2018), realizado através de:

- a) “Processo participado, no qual intervieram todos os Comandos Regionais, Metropolitanos e Distritais, a Unidade Especial de Polícia, os Estabelecimentos de Ensino e os Departamentos e Gabinetes da Direção Nacional.” (p. 4);
- b) “Outras necessidades formativas comunicadas e identificadas pelo Departamento de Formação” (p. 4).

Os conteúdos formativos são essencialmente constituídos por matérias no domínio dos direitos humanos, das situações técnico-policiais no âmbito de situações de tensão profissional e de funções específicas e relativos a atividade administrativa, como se pode verificar no relatório final do grupo de avaliação do ensino e dos processos de formação no domínio das FSS (Leandro, et al., 1997, p. 55) e nos relatórios anuais dos PAF da PSP (2016, 2017, 2018, e 2019). Existem, na realidade, algumas inclusões de matérias relacionadas com o aumento de um determinado tipo de crime, como foi o caso da violência doméstica e dos crimes ambientais<sup>3</sup>. Relativamente à violência doméstica, apesar das várias alterações sociais que tiveram origem nas ocorrências destes crimes, é inegável o aumento da qualidade da intervenção policial relativamente a esta problemática (Carvalho, 2019).

Além das matérias obrigatórias, relacionadas com direitos humanos e compromissos internacionais, e das relativas à intervenção técnico-policial, que devem sempre fazer parte da formação profissional, no sentido de proporcionar aos profissionais de polícia competências e saberes que lhes permitam manter atualizados os procedimentos, é fundamental a adaptação dos polícias aos novos tipos de criminalidade e às alterações sociais. Este trabalho pretende averiguar se existe relação entre a evolução da criminalidade e a formação ministrada aos profissionais de polícia, a fim de verificar a importância que poderá advir da atribuição de conhecimentos atualizados relativos a uma determinada atividade criminal registada. A prevenção e combate aos novos tipos de crimes é uma preocupação constante da PSP. Contudo, será que existe capacidade ao nível dos conhecimentos técnicos e procedimentais por parte dos operacionais para o cumprimento desta missão? Será que a experiência adquirida no terreno é suficiente para capacitar os

---

<sup>2</sup> Refira-se que, no que diz respeito ao corpo do documento, os PAF 2018, 2019 e 2020 têm exatamente o mesmo conteúdo, com as datas devidamente atualizadas.

<sup>3</sup> A formação de formadores de violência doméstica aparece apenas no relatório anual de formação da PSP relativo a 2019, apesar de haver nos relatórios anteriores referência a formações no âmbito do MIPP e em intervenção policial com menores. Relativamente aos crimes ambientais, a formação é realizada desde o ano 2017.



elementos policiais a lidarem eficazmente com estes crimes? Será que esta ação poderá ter maior eficácia se os elementos policiais adquirirem saberes e comportamentos relativos aos crimes a prevenir e combater?

Não se pretende responder a estas questões em concreto, uma vez que a resposta exigiria um estudo mais aprofundado de um problema multifatorial. O objetivo deste estudo é identificar critérios de seriação objetivos dos tópicos mais importantes que devem fazer parte dos planos de formação, propondo uma metodologia que pode ser usada no futuro, ainda que a tipologia dos crimes e a sua frequência possam mudar.

Tenta-se simultaneamente efetuar um estudo comparativo com outras realidades europeias. Esta inclusão pretende verificar se existe algum paralelismo com os procedimentos de formação em Portugal, contribuindo para a perceção da realidade global da influência da formação policial em criminalidade específica.

### CAPÍTULO III - ESTADO DE ARTE

#### **1. Formação Profissional Policial**

A formação profissional teve várias definições, de acordo com a perspetiva de diversos autores. Na base de todos os conceitos está o assimilar de conhecimento para um determinado objetivo relacionado com as tarefas a desempenhar (Cardim, 1998; Chievenato, 2009).

A evolução social obriga à atualização de conhecimentos. Por maioria de razão, a PSP não foge à regra, sendo uma instituição com ligação direta ao cidadão, sofrendo todos os impactos sociais e, inevitavelmente, com necessidade de responder aos desafios provocados pelas mutações sofridas permanentemente pela sociedade.

De acordo com Parker (1961), Chefe do Departamento de Polícia de Los Angeles, a formação na Polícia iniciou quando surgiu a necessidade de realizar a transmissão de conhecimentos, por parte dos supervisores, nos momentos em que os elementos policiais entravam de serviço. A complexidade das ocorrências e das regras legais a cumprir ocupavam cada vez mais tempo nessa tarefa, o que obrigou à criação de uma Unidade de Treino contínuo (p. 5).

Na obra, *Preparación de la Policía* (Parker, 1961), o capítulo que fala na investigação preliminar inicia com a preocupação de transmitir formas de atuação perante o crime de furto por escalamento. A escolha deste tipo de crime é justificada pela posição que ocupava nos dados estatísticos criminais, sendo o segundo crime com maior incidência na cidade de Los



Angeles. Verifica-se que nesta altura, existia já a preocupação em fazer face às situações de maior relevância no sentimento de segurança, através da estatística criminal. A formação neste âmbito permitiu ministrar matérias relativas a este crime, no que diz respeito à forma de abordagem aquando de uma chamada e aos procedimentos de investigação preliminar (p. 193-203). Esta obra, em vários volumes, contém ainda vários capítulos dedicados aos crimes de maior incidência, como condução sob influência do álcool, roubo e tráfico de estupefacientes.

## **2. Formação na PSP**

A Estratégia da PSP 20/22 estabelece a Formação e Capacitação Física como um dos seus Eixos Estratégicos. Estabelece igualmente como Eixo Estratégico a Proximidade, Visibilidade e Reatividade, referindo que “A proximidade dos polícias às populações é um fator de prevenção criminal e de potenciação do sentimento ou perceção de segurança.” (DNPSP, 2020).

A ligação entre objetivos operacionais e formação profissional é inegável. Os procedimentos de prevenção e combate à criminalidade devem ser padronizados e direcionados para as ameaças mais preocupantes, essencialmente ao nível das vulnerabilidades policiais e das preocupações relativas ao sentimento de segurança da população, numa perspetiva de “racionalidade técnico-tática” (Torres, 2011).

A formação é fundamental em todas as áreas de atuação da PSP. Algumas devem ser apreendidas na formação inicial, sendo as capacitações base para a atividade policial. Outras, mais específicas, devem ser ministradas aos elementos que exercem determinadas funções, a fim de terem conhecimentos adequados para o desempenho dessas funções e capacidade para se desenvolverem na respetiva área. No que respeita à atividade operacional, essa formação tem sido realizada, com resultados bastante positivos, na capacidade técnica de tiro (Anselmo, 2019) e de técnicas de intervenção (Santos, 2019). Existem ainda outras matérias específicas que têm sido valorizadas, nomeadamente a investigação criminal geral e as armas e explosivos.

Acrescenta-se ainda a importância da formação *e-learning/b-learning*, modalidades que, de acordo com os resultados do estudo realizado por Ferreira & Moreira (2014), “podem garantir a necessária qualidade formativa e, sobretudo, apontam caminhos para futuros projetos a desenvolver” (p. 139).

A Diretiva de Base da Formação na PSP, aprovada pela NEP n.º RH/DEPFORM/01/01, de 30Abr2008, define os objetivos da formação profissional e atribui



ao Departamento de Formação (DF) a elaboração do PAF, após o levantamento de necessidades dos Comandos, Unidades e Departamentos da Direção Nacional (DNPS), sem identificar qualquer critério para a definição das matérias a ministrar. (p. 6)

Relativamente a determinados crimes mais preocupantes, têm sido realizadas ações de formação de acordo com as indicações e sensibilização efetuada por parte de entidades externas, quer no meio político, quer nas instituições sociais. Apresentam-se como exemplos, os crimes de violência doméstica e os ambientais. As razões apontadas estão relacionadas com a gravidade das consequências e com a necessidade de articulação multidisciplinar entre as instituições (no caso da violência doméstica) e as alterações legislativas e preocupação social (no caso dos crimes ambientais).

É importante, contudo, referir que as formações realizadas nestas matérias têm sido solicitadas por vários quadrantes sociais (Carvalho, 2019), essencialmente para o reforço da formação transversal com outras entidades, mas também para a sensibilização dirigida a estes problemas específicos.

Pode-se concluir, com base nestes exemplos, que as matérias estudadas resultam para os profissionais de polícia, não apenas na obtenção de conhecimento e adoção das melhores práticas, em conformidade com as situações a enfrentar, mas também relativamente à sensibilização para o problema, fator de enorme importância para o êxito no combate aos problemas em causa.

### **3. Indicadores estatísticos da criminalidade**

A estatística criminal é hodiernamente um indicador de extrema importância para aferir o estado da situação social criminal. O registo dos crimes denunciados tem sido utilizado para diversos fins, como a apresentação dos principais problemas sociais, dirigir as preocupações para os crimes de maior incidência e direcionar os meios policiais para a prevenção e combate aos crimes mais preocupantes.

Apesar das diversas formas de resposta aos indicadores estatísticos, não existe verdadeiramente uma alteração de procedimentos na formação policial, em conformidade com os dados obtidos (ver Método, Capítulo III, ponto 3.). Direcionar os meios policiais tendo em conta determinados crimes com um critério definido e uniforme, poderá ser uma forma de obter melhores resultados, em conformidade com o modelo de segurança “*Just in Time*” (Torres, 2011). Esta ferramenta estatística poderá ser utilizada em conjugação com as necessidades de formação, no sentido de adaptar as matérias a lecionar, atribuindo um caráter



mais científico à formação policial. Esta metodologia permite uma adaptação dos planos de formação de acordo com a imprevisível mudança da tipologia da criminalidade registada.

A análise estatística dos crimes registados deveria ser um indicador para a definição das prioridades da atividade operacional na Polícia. Anualmente são definidas estratégias operacionais com o objetivo de direcionar as ações de prevenção a tomar, assim como as operações a desencadear a nível nacional e localmente, como se pode verificar nas primeiras Diretivas Estratégicas (DIREST) anuais da DNPPSP. Um dos principais fatores a ter em conta é precisamente a orientação das operações para os fenómenos criminais identificados pela “avaliação sistemática da evolução da criminalidade” (DIREST n.º 1/2021, DNPPSP, p. 3).

Por outro lado, as mudanças sociais e o desenvolvimento tecnológico favorecem o aparecimento de novos crimes, decorrentes da necessidade dos atores destas atividades criminosas em se adaptarem às circunstâncias.

Se é verdade que alguns crimes estão praticamente extintos, quer porque deixaram de ter moldura penal, como o cheque sem cobertura, quer porque deixou de ser rentável, como os furtos de autorrádios, existem outros que se tornaram mais frequentes e preocupantes. Os crimes associados à informática, nomeadamente a burla por meio informático e os crimes de injúrias, difamação e ameaças através das plataformas informáticas, estão em franca ascensão na estatística criminal (ver Método, Capítulo III, ponto 1.) e devem merecer destaque na forma como a Polícia os encara. Estes são apenas exemplos de alguns crimes que se tornaram comuns. Contudo, verifica-se uma panóplia de ações criminosas que carecem de serem estudadas para melhor perceber as razões das ocorrências, as origens e a evolução, assim como o *modus operandi* e a forma de recolha de prova e da eventual identificação dos autores, além de outras características importantes para enfrentar os novos desafios.

Paralelamente, ocorrem crimes que criam insegurança no meio social, mesmo que o número de ocorrências seja relativamente inferior. Os crimes que envolvem violência física podem restringir a liberdade de circulação das pessoas e diminuem o sentimento de segurança da população (Daems & Robert, 2007). Estes têm normalmente mais atenção por parte das FSS responsáveis pela área onde ocorrem e exigem maior concentração de meios e táticas de prevenção e repressão no sentido de combater os fenómenos criminosos. Também estes merecem ser destacados na análise estatística, comumente denominados de crimes graves e violentos, havendo necessidade de estudar a forma de prevenção, combate e investigação, por forma a fazer diminuir o seu impacto no sentimento de segurança dos cidadãos.



#### **4. Necessidade de formação adequada**

É preciso considerar a existência de atividades criminosas que exigem preparação adequada, para além do cumprimento das normas policiais e disposições legais, como realizar a investigação preliminar e, posteriormente, continuar a investigação de forma a obter o máximo de prova da existência do crime, além de tratar as vítimas de acordo com as especificidades dos prejuízos causados. Por outro lado, o conhecimento da forma de execução de determinados crimes, poderá capacitar os polícias para exercer ações de prevenção com maiores probabilidades de sucesso.

De acordo com Pinho & Nunes (1997), a Polícia sueca entendia já em 1997 que “é considerado prioritário, estar ao corrente das matérias, de modo a inserir novos elementos no ensino” (p. 24).

Verifica-se através dos PAF, da PSP, que a maioria das ações tem em vista a preparação dos polícias para intervenção genérica, havendo preparação específica ao nível da intervenção técnica, tática e de tiro, entre outras. Estas formações são, sem dúvida, importantes para uma boa atuação policial e para a uniformização dos procedimentos nas intervenções policiais no terreno. Mas essa formação carece de ser complementada com ensinamentos sobre tipos de criminalidade específica. Esta poderá ser combatida com mais profissionalismo e eficiência se for encarada com mais conhecimento por parte dos elementos policiais.

A formação da PSP abrange várias áreas, o que se percebe facilmente tendo em conta as várias missões que estão atribuídas a esta Polícia, que lhe dão o carácter integral pelas várias vertentes que constituem a sua atividade, nomeadamente a prevenção e investigação criminais, a ordem pública, a de polícia administrativa, a matéria de armas e explosivos, a segurança pessoal e privada, a segurança aeroportuária e no âmbito das missões internacionais.

Verifica-se no PAF a preocupação em capacitar os elementos policiais para determinadas funções gerais, tais como a investigação criminal e a formação relativa ao Sistema Estratégico de Informações (SEI). Verifica-se igualmente que têm sido realizadas ações de formação direcionadas para a atividade administrativa e para formação específica, como a matéria das armas e explosivos. (ver Método, Capítulo III, ponto 2.).

Não pretendendo de forma nenhuma minorizar a importância das formações realizadas, naturalmente necessárias para a melhoria do desempenho operacional, pretende-se analisar a formação existente relativamente a um determinado tipo de crime e a sua pertinência na implementação de novas metodologias formativas.



## 5. Impacto da formação especializada nos procedimentos policiais

É importante considerar que, de acordo com Ferreira & Moreira (2014) a formação contínua recebida pelos profissionais de polícia garante “um elevado desempenho ao nível do desempenho profissional” (p. 50), permitindo assim tornar o serviço policial mais eficaz e eficiente.

Existem já alguns estudos e relatórios que apontam no sentido de analisar as necessidades na área da violência doméstica. (Carvalho, 2019) e de reforçar a formação nas FSS como medida a adotar no combate a este fenómeno (Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019).

Também na área da formação de tiro houve uma evolução facilmente perceptível, cujo impacto foi já alvo de análise. Carvalho (2012), não tendo conseguido aferir o impacto da formação de tiro nas intervenções policiais reais, sugere algumas alterações no Plano de Formação de Tiro (PFT), a fim de o tornar mais similar às situações reais (p. 58).

No âmbito das armas e explosivos, verifica-se uma franca evolução no papel da PSP perante a qualificação dos seus elementos, nomeadamente com o aumento do número de peritos de armas e na correspondente peritagem destes objetos<sup>4</sup>. A formação de elementos para estas funções específicas é uma mais-valia para melhorar a resposta nesta área perante as necessidades dos processos em investigação e a autoridade judiciária.

Não se pretende analisar o impacto da formação especializada já ministrada. Este será certamente um estudo que, a realizar, necessita de uma abordagem mais aprofundada e demorada, com objetivos específicos de tornar os conteúdos formativos mais válidos para atividade policial.

## CAPÍTULO IV - FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Importa neste trabalho tentar aferir a importância da evolução estatística da criminalidade nas necessidades formativas e verificar eventuais vantagens em utilizar a estatística criminal como critério para selecionar matérias suscetíveis de fazerem parte do PAF na PSP.

Tendo em conta a evolução social e criminal já referidas (ver Introdução, Capítulo III, ponto 3.) é legítimo pensar que a formação em determinado tipo de crime, com maior número

---

<sup>4</sup> Entre 2017 e 2020 o número de peritagens realizadas subiu cerca de 38%, de 16588 para 22656 (Dados obtidos através do Departamento de Armas e Explosivos da DNPS)



de incidências, maior alarme social e/ou a evolução de um tipo de crime, cause um impacto nos procedimentos, melhorando a prevenção e combate, tornando a atuação policial mais objetiva, atual e eficiente.

O objetivo final é contribuir para uma melhor intervenção policial nas situações criminais mais frequentes, através do direcionamento da capacitação profissional dos polícias. (Torres, 2011)

A definição das matérias a incluir na formação deve ser, naturalmente, realizada de forma científica. Neste sentido, foram colocadas algumas questões que carecem de ser respondidas para perceber o estado da situação relativamente aos critérios que são utilizados para definir as matérias a ministrar nas FSS:

1. Os critérios utilizados para a definição das matérias a incluir no PAF das FSS têm em consideração a evolução da criminalidade?
2. Existe relação entre a formação ministrada e a criminalidade registada (mesmo não havendo critério definido)?
3. Qual a situação noutros países da União Europeia (UE)?
4. Tendo em conta a estatística criminal, quais os critérios que poderiam ser usados para a escolha das matérias a incluir no PAF?



---

## MÉTODO

As questões colocadas para a elaboração do presente trabalho podem ser respondidas através de diversos métodos de estudo, de acordo com o tipo de resposta que se pretende obter.

De acordo com Robert K. Yin, “Um estudo de caso é um inquérito empírico que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do contexto real, especificamente quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes” (2003, p. 13). Neste sentido, é preciso conhecer a forma como evoluem os números de crimes ocorridos (através da estatística criminal) e os critérios usados para a elaboração dos PAF das FSS. A análise destas duas variáveis será importante para verificar o interesse na abordagem do fenómeno da estatística criminal no contexto formativo das forças policiais.

A realização de um questionário ou entrevistas resultaria na obtenção de opiniões que, sendo importantes para recolher experiências e conhecimentos profissionais que ajudem no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi & Lakatos, 2003), não constituiriam, por si só, dados suficientes que traduzissem os números reais que quantificam a formação ministrada e a criminalidade efetivamente registada.

As questões aqui colocadas são essencialmente para tentar perceber “como” relacionar a formação profissional, a ministrar aos polícias, à criminalidade registada. É uma questão que só poderá ser objetivamente respondida através dos dados estatísticos da criminalidade e dos relatórios da formação realizada aos profissionais de polícia.

Relativamente aos dados da formação profissional policial, foram efetuados alguns contactos com os Oficiais de Ligação do Ministério da Administração Interna (MAI) no sentido de obter os dados das FSS nos países onde existem elementos da PSP com estas funções. Nesta abordagem foi possível obter o documento-quadro da Polícia Nacional francesa (PN) relativo às prioridades de formação para o ano 2021, do qual foram retirados os dados necessários para o presente estudo.

Foi igualmente utilizada a plataforma da Academia Europeia de Polícia (CEPOL), através do elemento de ligação da PSP com aquela Comunidade, tendo sido recebido apenas resposta da Lituânia<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> No entanto, a Lituânia respondeu com dados relativos à formação inicial, pelo que não foi considerada para este estudo.



---

## CAPÍTULO I – PARTICIPANTE

Neste sentido, o universo deste estudo é não apenas a realidade portuguesa, mas também a francesa, país de onde foi possível obter a informação necessária, no quadro na União Europeia, onde Portugal se pode comparar ao nível dos procedimentos policiais e do tipo de criminalidade existente. Apesar das naturais diferenças culturais, existe uma proximidade geográfica e cultural que aproxima os povos europeus, além das regras basilares impostas pela União Europeia no que respeita aos direitos humanos e mesmo alguns procedimentos gerais no âmbito da lei penal e da cooperação policial e judicial.

Importa referir que, de acordo Carvalho (2016) o sistema policial francês “influencia, ainda que indiretamente, algumas políticas de segurança um pouco por toda a Europa continental” (p. 64). Ainda de acordo com o mesmo autor, baseando-se em Gomes (2001), “o sistema policial português é muito semelhante ao sistema policial francês e constitui uma herança do império napoleónico” (p. 64). Assim, apesar de se ter obtido apenas o plano de formação da PN, estes dados são particularmente importantes pela proximidade existente entre os dois sistemas policiais.

Quanto à estatística criminal, os dados foram obtidos nas páginas oficiais dos Governos português e francês<sup>6</sup>. Tendo em conta a divisão dos tipos de crimes incluídos no relatório estatístico francês, foram individualizados alguns que se consideram importantes e que se encontram também isolados na estatística portuguesa. Desta forma, pretendeu-se criar termos de comparação entre os dois países.

Os dados estatísticos foram analisados e foi feito o tratamento qualitativo e quantitativo das respostas a um inquérito realizado, com vista a recolher informação e resultados que visam responder às questões levantadas, procurando encontrar bases que permitam propor uma ferramenta estatística para a elaboração do PAF, visando o cumprimento mais eficiente da missão policial.

Por fim, a comparação entre a realidade portuguesa e a francesa permite relacionar a formação ministrada e perceber se existem realmente diferenças que possam ser consideradas.

---

<sup>6</sup> Governo da República Portuguesa, em Portugal. Ministère de l'Intérieure, em França.



---

## CAPÍTULO II – INSTRUMENTOS

Para responder às questões levantadas neste estudo, foram utilizados os seguintes instrumentos:

### **1. Análise estatística da criminalidade**

A análise estatística criminal foi realizada com base nos documentos oficiais, nomeadamente nos portais estatísticos do MAI, em Portugal, e do correspondente Ministério em França.

Verifica-se alguma divergência na forma de apresentação dos dados recolhidos, nomeadamente na identificação dos crimes e na sua divisão. Apresenta-se como exemplo o furto em residência, que em Portugal está dividido em furto com arrombamento, escalamento ou chaves falsas e furto sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas. Em França estes crimes não são tratados de forma independente.

Procurou-se, numa perspetiva de maior perceção na comparação estatística criminal, aproximar a identificação dos crimes entre os países analisados. No entanto, apesar de poder facilitar a análise estatística comparativa, dá-se primazia à potencial relação entre estes números e os temas considerados prioritários na formação, em cada um dos países separadamente. Desta forma, pretende-se relativizar a eventual dificuldade em efetuar esta análise estatística comparativa.

### **2. Análise da formação realizada e/ou dos Planos Anuais de Formação**

Os dados da formação foram fornecidos pelas respetivas FSS, sendo constituídos pelo planeamento anual e, no caso da PSP, pelo número das formações efetivamente realizadas.

Atendendo às circunstâncias verificadas para a realização deste trabalho, nomeadamente o período de tempo disponível, as limitações definidas pelo combate à pandemia COVID-19 e as dificuldades encontradas na obtenção de dados, foram identificadas as principais necessidades consideradas essenciais para compreender a forma como a formação profissional nas FSS é definida.

#### Portugal

Em Portugal, foi analisada a situação da formação profissional na PSP, sendo aquela que se pretende estudar e encontrar recomendações de melhoria.



Os objetivos do PAF da PSP estão patentes logo no segundo parágrafo da Introdução: “elevação das competências”; “aplicação dos saberes adquiridos no desempenho profissional”; e “desenvolvimento dos resultados da organização” (p. 3). Quanto à Metodologia, analisando o diagnóstico de necessidades e a seleção das ações, pode-se concluir que as matérias são escolhidas através da consulta às Unidades/Departamentos da PSP e de “outras necessidades formativas comunicadas e identificadas pelo Departamento de Formação” (p. 4). As necessidades de formação são definidas de acordo com as Grandes Opções Estratégicas da PSP (p. 5).

Foram ainda analisados os relatórios finais dos anos 2016, 2017, 2018 e 2019, a fim de verificar a formação realmente ministrada, a quantidade de ações e os números dos destinatários, tentando perceber quais as prioridades atribuídas e a sua fundamentação.

### França

Em França, apesar de não ter sido possível obter informação sobre a formação realizada, foi analisado o documento-quadro da PN (*Police Nationale*, 2020), que define as prioridades nacionais de formação contínua desta força policial para o ano 2021.

Este documento está dividido em três partes distintas:

1. Dirigida à formação desenvolvida pela Direção Central de Recrutamento e Formação da PN (DCRFPN), que refere quais as prioridades identificadas por esta Direção. Não são referidos os critérios utilizados para a definição destas prioridades formativas, pelo que será verificada a eventual correlação com a estatística criminal. Apesar de não se poder concluir pela ligação direta entre estes dois fatores, será analisada uma potencial tendência a relevar os temas de acordo com a evolução dos crimes verificados;
2. Apresenta as formações geridas pela École Nationale Supérieure de la Police (ENSP), as quais são direcionadas para temas de ordem nacional, nomeadamente na gestão de eventos e ordem pública, na temática da liderança e relação entre a polícia e os cidadãos e no terrorismo;
3. Define as prioridades de formação específica dos departamentos, de acordo com as matérias respeitantes a cada área de atuação.

Para o presente estudo, irá ter-se essencialmente em consideração a primeira parte, por dizer respeito à matéria em apreço, relevando a formação considerada prioritária atendendo à evolução social.



### **3. Inquérito**

Foram remetidas cinco questões às Unidades/Departamentos policiais, a fim de serem respondidas pelos respetivos responsáveis pela formação.

O objeto deste estudo pressupõe uma visão integrada da situação relativa à formação existente e eventuais alterações. Neste sentido, é importante verificar a perspetiva das pessoas que lidam diretamente com esta problemática da formação, quer com os formandos e formadores locais, quer com os responsáveis pela apresentação das necessidades operacionais e administrativas, quer ainda com os responsáveis pela formação a nível nacional, fazendo a correspondência entre os Comando/Departamento e o DF da DNPS.

O inquérito foi o meio utilizado para obter as opiniões destes responsáveis.

## **CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO**

### **1. Análise estatística da criminalidade**

A análise da evolução dos crimes registados a nível nacional nos anos 2016 a 2019 leva a considerar algumas variáveis cuja importância deve ser priorizada. Como anteriormente referido (ver p. 7), a preocupação atribuída pela sociedade ao sentimento de insegurança passa não só pelo número de ocorrências, mas também pelo tipo e pela sua evolução estatística. Um crime em que é usada a violência tem um maior impacto no sentimento de segurança do que um crime contra a propriedade (Williams, 2000). No entanto, é importante considerar se um aumento substancial do número de crimes não violentos num determinado espaço geográfico, irá causar receio da população em ser vítima de um desses crimes, criando um sentimento de insegurança local. Tentando encontrar um critério mais homogêneo que compreenda os crimes que causem maior alarme social, optou-se por considerar as categorias de crimes utilizados nas estatísticas nacionais, Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI):

- Criminalidade Geral<sup>7</sup>
- Criminalidade Violenta e Grave<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Criminalidade Geral – Inclui os crimes praticados sem recursos à violência física, e ainda os crimes de violência doméstica e ofensa à integridade física voluntária simples. Listados no RASI 2019 (p. 26)

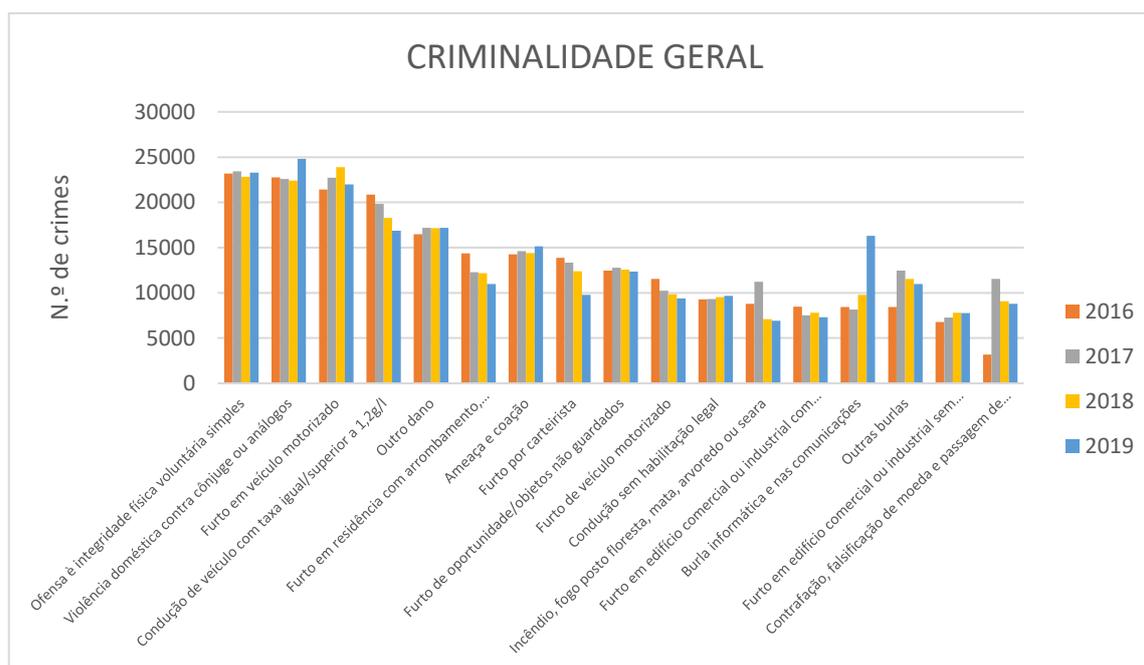
<sup>8</sup> Criminalidade Violenta e Grave – Inclui os crimes praticados com recurso à violência física, e ainda os crimes de associação criminosa e motim, instigação e apologia pública do crime. Listados no RASI 2019 (38)



Optou-se ainda por desagrupar alguns tipos de crimes, conforme já referido (ver p. 13), fazendo assim corresponder de forma mais aproximada a estatística criminal dos países analisados.

### Portugal

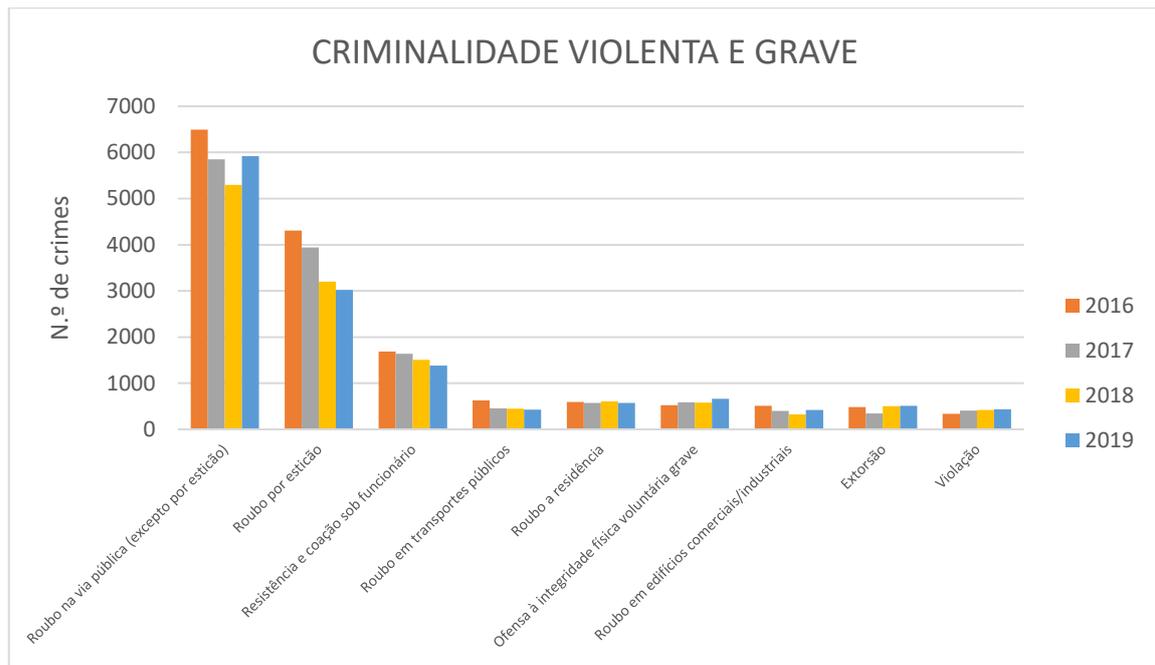
Relativamente à Criminalidade Geral, verifica-se, na Figura 1, um elevado número de ocorrências nos crimes de violência doméstica, ofensa à integridade física e furto no interior de veículo automóvel.



**Figura 1 - Criminalidade Geral registada em Portugal (2016-2019)**

Observa-se um aumento considerável (11%) em 2019, no crime de violência doméstica, relativamente ao ano anterior. O crime cujo número de ocorrências sofreu maior aumento foi o crime de burla informática e nas comunicações (93%), subindo do 14.º crime mais ocorrido em 2016 para o 6.º crime com maior número de ocorrências em 2019. Também o crime de contrafação, falsificação de moeda e passagem de moeda falsa sofreu um aumento de 177% neste período.

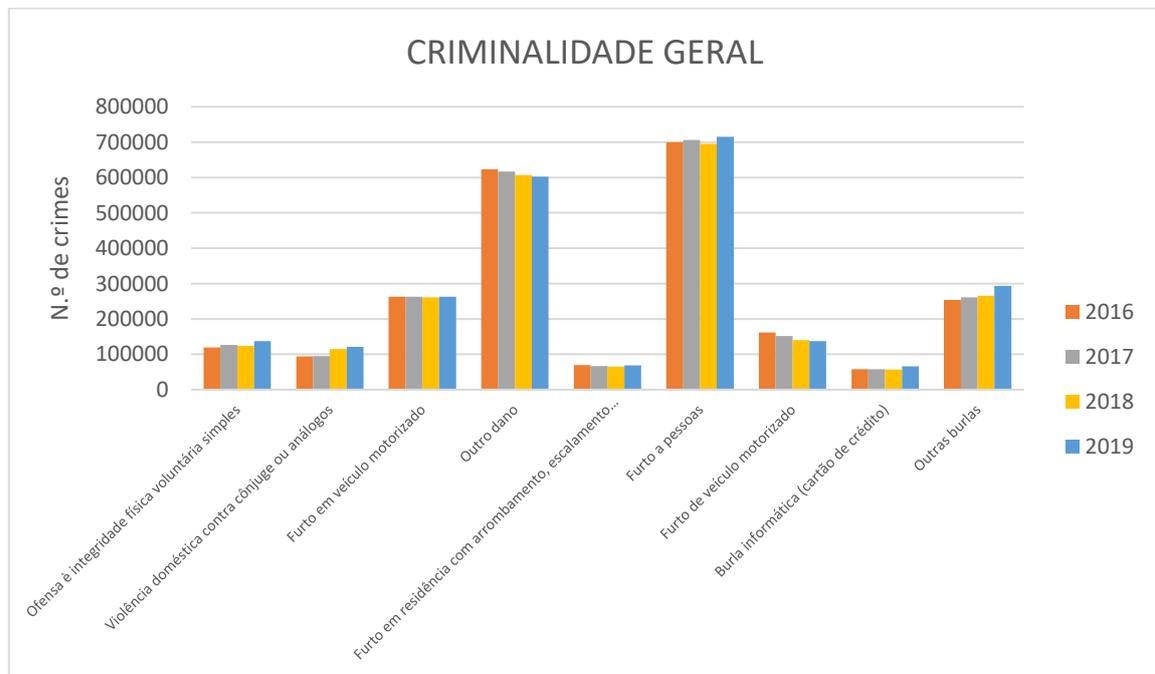
Quanto à Criminalidade Violenta e Grave, observa-se, na Figura 2, diminuição nos números relativos à maioria dos crimes, tendo apenas três tipo de crime sofrido aumento do número de ocorrências: violação (29%); ofensa à integridade física grave (27%); e extorsão (5%).



**Figura 2 - Criminalidade Violenta e Grave registada em Portugal (2016-2019)**

França

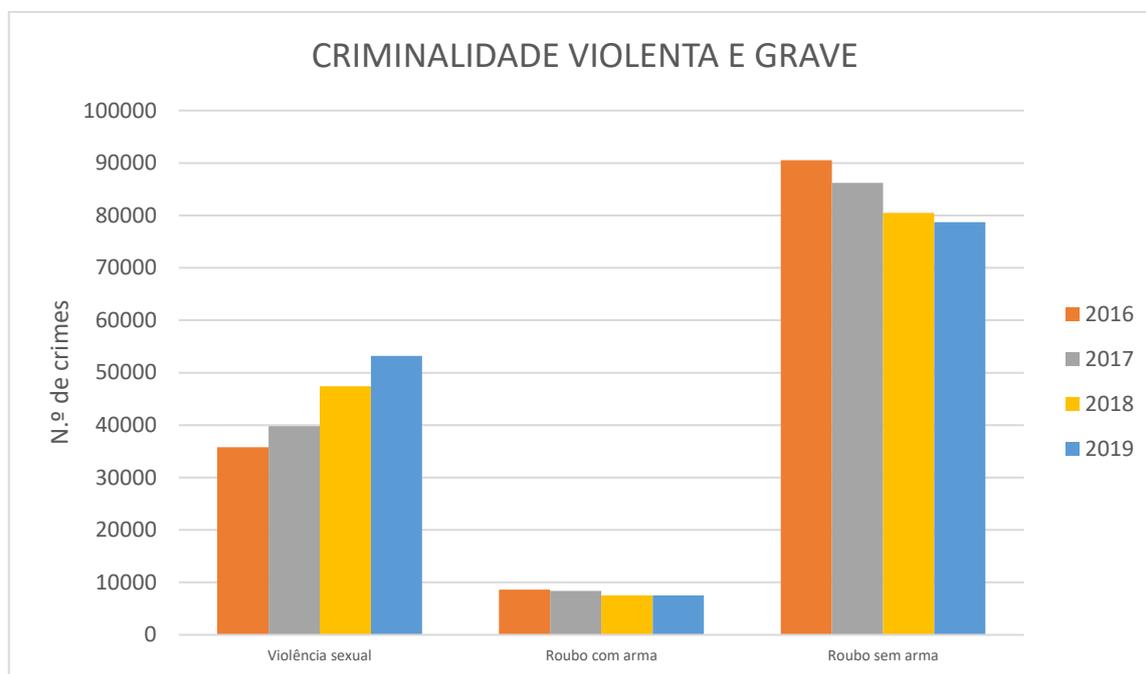
No que respeita à Criminalidade Geral, na Figura 3, salienta-se o aumento do número de crimes, entre 2016 e 2019, relacionados com: ofensa à integridade física simples (15%); violência doméstica (30%); burla informática (15%); e outras burlas (16%).



**Figura 3 - Criminalidade Geral registada em França (2016-2019)**



Na Criminalidade Violenta e Grave, a Figura 4 mostra que o crime mais preocupante, em termos evolutivos, é o de violência sexual, com um acréscimo de 49% de ocorrências criminais.



**Figura 4 - Criminalidade Violenta e Grave registada em França (2016-2019)**

## 2. Análise da formação realizada e/ou dos Planos Anuais de Formação

O primeiro interesse deste estudo é analisar a formação da PSP. Sobre esta matéria, o DF desta Polícia tem a informação consolidada e bem organizada. A colaboração prontamente prestada permitiu recolher todos os dados que nos permitem verificar as matérias previstas no PAF, as formações realmente executadas, as ações formativas que foram desenvolvidas e que não se encontravam inicialmente previstas e ainda aquelas que foram ministradas por entidades externas.

Para poder comparar a formação profissional policial com outras realidades e tentar perceber se existem desvios de procedimentos que podem ajudar a colmatar eventuais lacunas, foram desenvolvidos esforços no sentido de obter os dados referentes às práticas formativas de FSS de outros países europeus.

Os dados relativos à formação nas FSS nos países estrangeiros foram os mais difíceis de obter. Sendo uma informação que não é normalmente pública, é necessário ser fornecida pelas próprias instituições policiais. Apesar das várias formas de tentar aceder a esta informação (ver p. 11), foram apenas recolhidos os dados da França (Plano para 2021), os quais iremos analisar.



## Portugal

O relatório do PAF contempla três áreas de execução da formação profissional: o cumprimento da formação planeada no PAF; a formação extra-PAF, que abrange a formação interna não incluída no PAF, resultante das necessidades apresentadas pelos Comandos e Departamentos; e a formação externa, constituída por ações ministradas por entidades externas, através de protocolos institucionais.

Interessa no âmbito deste estudo perceber quais as matérias que constituíram prioridade na formação dos elementos policiais e se houve algum critério na definição dessas prioridades. (Apêndice B)

Verifica-se que, no PAF, foram planeadas, no ano 2016, ações de formação relacionadas com 34 temas diferentes, previstas para 1150 elementos. Praticamente todas estas ações são dirigidas à atuação policial em geral ou em determinado serviço. Apenas uma ação diz respeito a um tipo de criminalidade específica, Tráfico de Seres Humanos. No entanto, não existe qualquer explicação para a escolha deste tema, cuja ação estava prevista para 40 formandos e foi realizada para 44. Refira-se que seis destas matérias referem-se à área das Armas e Explosivos, o que corresponde a cerca de 17,6%, tendo sido planeada a formação de 270 elementos, correspondente a cerca de 23,5% de todos os formandos.

Nos anos seguintes, todas as matérias referidas nos PAF dizem respeito à atuação geral e a áreas de determinados serviços, não havendo qualquer referência a um tipo de criminalidade específico. Salienta-se que a área de Armas e Explosivos tem tido uma preponderância cada vez maior na formação planeada e realizada. Nos últimos dois anos analisados (2018 e 2019), os temas nesta área constituem cerca de 30% do total das ações planeadas e foram formados mais de 27% do total de formandos.

Relativamente às ações não previstas no PAF, foram realizadas ações formativas em diversas áreas. Continua a haver uma predominância bastante acentuada em matérias relacionadas com serviços específicos, nomeadamente na área financeira, jurídica, informações e policiamento desportivo. Observa-se aqui alguma preocupação em sensibilizar para determinados crimes. Em 2016 foram realizados cursos no âmbito da fiscalização ambiental (IGAMAOT e Curso de Formadores sobre Fiscalização e Proteção de Animais de Companhia). Em 2017, foi ministrado um curso de Proteção e Preservação do Ambiente e foi introduzido o curso de Intervenção Policial com Menores, mostrando já uma preocupação relativamente a esta problemática. Apesar de o ano 2018 ter sido parco em



formações<sup>9</sup>, verifica-se que em 2019 foi dada continuidade à matéria relacionada com a intervenção com menores e foi introduzida uma formação de Formadores em Prevenção e Intervenção Policial em Violência Doméstica. Acresce referir que a inclusão destes temas nos conteúdos formativos está justificada com a referência às necessidades apresentadas pelos Comandos e pelos Departamentos no decorrer do ano, com correções ao diagnóstico efetuado para a elaboração do PAF. Não existe referência a qualquer critério para a seleção destes temas.

A Formação Externa, ministrada por entidades externas à PSP, cujos dados foram introduzidos nos relatórios anuais de formação a partir do ano 2017, diz respeito a ações específicas, relativas a diversas matérias. No que respeita à formação sobre criminalidade específica, salientam-se as ações relacionadas com os crimes e contraordenações ambientais e dos animais, a criminalidade automóvel, fraude documental, crimes de ódio contra pessoas LGBTI e sobre crianças desaparecidas. Não existe qualquer alusão aos critérios de escolha destas formações.

Paralelamente a estas formações, existem ainda o PFT<sup>10</sup>, cumprido anualmente, e o Curso de Suporte Básico de Vida.

### França

A formação dos profissionais de polícia em França foi analisada através do plano anual relativo às prioridades nacionais de formação contínua para 2021 (Apêndice C). Analisando as três partes do plano, já referidas (ver p. 14), verificam-se alguns critérios utilizados para priorizar a escolha das matérias a lecionar.

No que se refere à formação proposta pela DCRFPN, a realizar pelos centros de formação locais e regionais, são baseadas em cinco eixos prioritários:

1 – Novas formas de contestação violentas – traduzidas em ações de informação, prevenção e intervenção no combate à utilização de armas de fogo e crimes violentos de massa;

2 – Mudanças tecnológicas e evolução da criminalidade – além das formações para utilização de novos programas informáticos utilizados pela PN, são previstas formações prioritárias em alguns crimes específicos (violência sexual e baseada no género, investigação de mortes e danos corporais graves em acidentes de viação, violência doméstica e

---

<sup>9</sup> O número de elementos formados em ações internas ano 2018 corresponde a cerca de 53% da média dos últimos 4 anos (2016-2019)

<sup>10</sup> O PFT foi já analisado por Anselmo (2019)



cibercriminalidade e crimes relacionados). Estabelecendo relação com a criminalidade com maior evolução em número de ocorrências no ano 2019, em França (ver p. 17), observa-se a correspondência direta entre estes crimes e as formações propostas;

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DE INVESTIGAÇÃO RELACIONADAS COM AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E À EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE
Software Mercury – Módulo de Utilizador
Software Mercury – Módulo de Utilizador Avançado
O testemunho do polícia ou do perito no tribunal criminal
A violência sexual e baseada no género
Atualização de conhecimentos em VANT, adaptado às reformas legislativas do CP e CPP
Investigação de acidentes de viação com mortes ou feridos
Atualização de conhecimentos APJ20 – Módulo DPG/DPS
Atualização de conhecimentos APJ20 – Módulo Procedimento Penal
Principais infrações de trânsito
Violência doméstica
Investigação na internet e redes sociais
Intervenção primária na cibercriminalidade
Fundamentos de telefone móvel – Formação a distância
Fundamentos de investigação digital – Formação a distância
Panorama das infrações da cibercriminalidade – Formação a distância
Anonimato, darknet e moedas virtuais – Formação a distância

*Figura 5 - Prioridades de formação da PN - Eixo 2 (Apêndice C)*

3 – Ligação polícia-cidadão – propõe algumas formações no sentido de melhorar o relacionamento com o público, incluindo procedimentos de segurança e avaliação do perigo nas abordagens;

4 – Prevenção de riscos psicossociais dos polícias – prevê a formação em gestão de pessoal e respetiva motivação no trabalho;

5 – Acompanhamento da transição digital – neste campo são propostas formações relacionadas com a utilização das novas tecnologias digitais.

Verifica-se aqui uma preocupação em utilizar critérios de seleção dos conteúdos formativos relacionados com a evolução social, que se poderão traduzir em problemas de difícil resolução que podem ser previamente estudados e prevenidos.

### **3. Inquérito**

#### **3.1. Considerações Metodológicas**

Robert Yin (2003) esclarece que o estudo do caso utiliza muitas das técnicas do método histórico, mas acrescenta duas fontes: “a observação direta dos eventos em estudo e entrevistas a pessoas envolvidas nos eventos”. Refere ainda que a única vantagem do estudo



do caso, em relação ao método histórico, “é a sua habilidade para lidar com uma grande variedade de evidências”. (p. 8)

Assim, além da análise estatística realizada, entendeu-se vantajoso e necessário obter a opinião das pessoas que lidam diretamente com a problemática da formação e da escolha dos assuntos que devem compor o seu planeamento.

O presente estudo pretendeu analisar a situação atual da elaboração dos PAF e a eventual vantagem na utilização da estatística criminal como um fator a considerar na escolha das matérias a ministrar aos profissionais de polícia.

### 3.2. Participantes

Como foi possível verificar nos documentos analisados, nomeadamente na Diretiva de Base da Formação da PSP e nos respetivos PAF, o diagnóstico das necessidades é feito pelos Comandos/Departamentos e, chegando ao DF da DNPPSP, são decididas as matérias a lecionar, de acordo com este levantamento. Assim, a melhor forma de saber quais os critérios utilizados para a escolha das matérias, seria naturalmente questionar as pessoas responsáveis pela elaboração dos referidos diagnósticos. Neste sentido, foram remetidas cinco questões aos responsáveis pela formação nos diferentes Comandos/Departamentos da PSP, relacionadas com as questões colocadas neste estudo, cujas respostas serão de seguida analisadas.

### 3.3. Corpus

De acordo com Bardin (2011), “corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (p. 126). Neste sentido, foram consideradas as principais regras definidas para a constituição do corpus: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Procurou-se com este método aproximar o mais possível as questões colocadas aos inquiridos ao objetivo do estudo e, com uma clara definição dos destinatários das perguntas, centrar a investigação no panorama da formação da PSP, na pessoa dos seus responsáveis metropolitanos, regionais, distritais e dos serviços.

### 3.4. Instrumento de Recolha de Dados

A diferença entre o inquérito e a entrevista baseia-se essencialmente na forma com que são respondidas as questões. As perguntas do inquérito são respondidas por escrito e as perguntas da entrevista são respondidas por via oral. Esta situação traduz-se numa diferença



substancial, resultando vantagens e desvantagens na utilização de cada um dos métodos referidos. (Sarmiento, 2013)

Tendo em conta o número elevado da amostra que se pretendia estudar, as perguntas com relativa facilidade de resposta e a intenção de recolher o máximo de objetividade nas respostas, foi decidido realizar o inquérito como forma de obter informação sobre as principais questões levantadas neste estudo.

As perguntas colocadas tiveram como objetivos perceber a perceção a nível nacional relativamente:

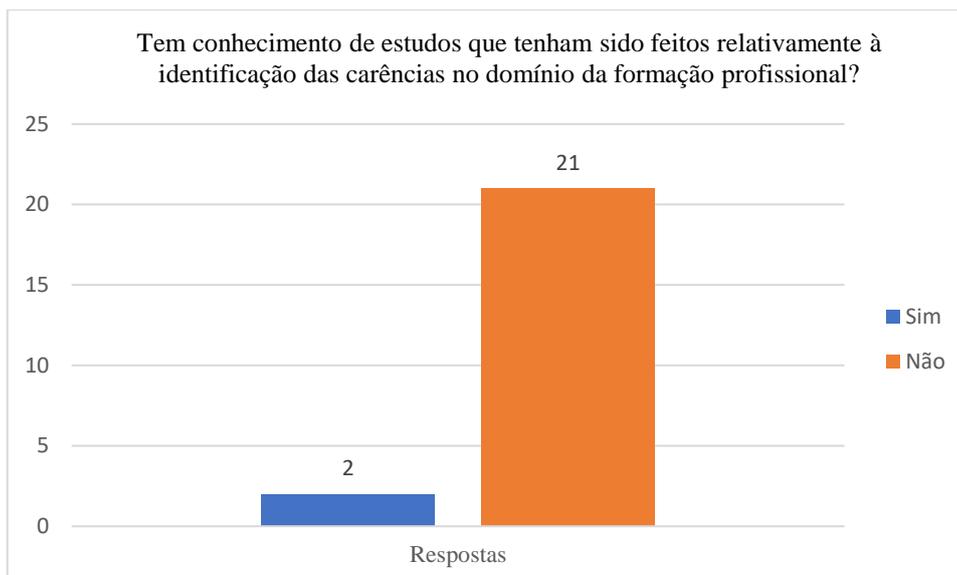
- a) À forma como são definidos os critérios para escolher as matérias a incluir nos planos de formação; e
- b) Ao interesse em utilizar a estatística criminal para a definição desses critérios.

Neste sentido, foram colocadas três perguntas abertas, no sentido de perceber qual a perceção existente sobre a atual situação relativamente aos estudos realizados sobre esta matéria e quais os critérios utilizados para a escolha dos conteúdos formativos e a sua atualização. O questionário contém ainda duas perguntas fechadas, a fim de perceber qual a perspetiva da existência de relação entre a análise estatística e a definição das prioridades de formação. As questões fechadas foram respondidas através da escala de Likert, de 5 níveis, e permite perceber em que medida cada um dos inquiridos está de acordo com cada uma das situações apresentadas.

A amostra desta pesquisa teve em conta o conhecimento do processo de elaboração do PAF e, conseqüentemente, da decisão relativamente às ações de formação a implementar na PSP. Assim os destinatários do inquérito cingiram-se a um elemento de cada Unidade/Departamento, pelo que foi remetido a 44 destinos, através dos endereços de correio eletrónico das Unidades/Departamentos, dirigidos aos responsáveis pela área da formação de cada um. Foram obtidas 23 respostas, correspondendo a cerca de 52% dos destinatários.

### 3.5. Análise

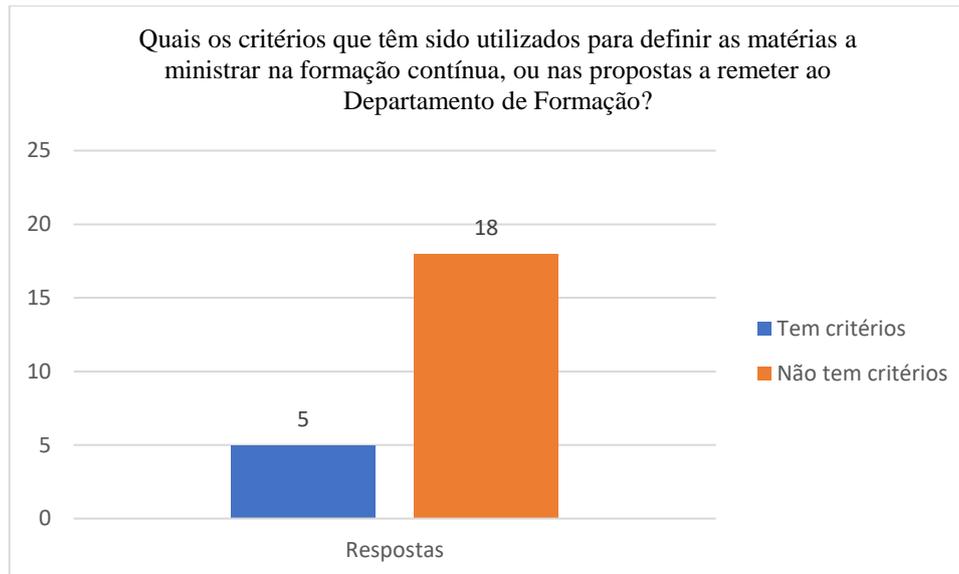
A primeira questão pretendeu aferir em que medida existe conhecimento de estudos realizados que possam levar à identificação das carências no domínio da formação profissional. A análise das respostas obtidas à questão n.º 1 é apresentada na Figura 6.



**Figura 6 - Respostas à questão n.º 1**

É notório que não existe conhecimento de qualquer estudo que ajude a definir critérios para a identificação de carências no âmbito da formação profissional. Dos 23 inquiridos, 21 responderam que não conhecem, o que corresponde a cerca de 91% do total da amostra. Refira-se que os inquiridos que responderam positivamente deram ambos como exemplos a formação de tiro e as técnicas de intervenção policial. Estes estudos são efetivamente uma mais valia para a análise da formação profissional realizada (Anselmo, 2019; Santos, 2019).

A segunda questão prende-se com o conhecimento dos critérios que têm sido utilizados para a escolha das matérias a incluir na formação profissional. Esta questão tinha duas vertentes, com o mesmo objetivo: questionar sobre a decisão de introduzir a formação sobre determinado assunto, a nível local; e as matérias a propor ao DF para serem incluídas no PAF. As respostas a esta questão estão contabilizadas na Figura 7.

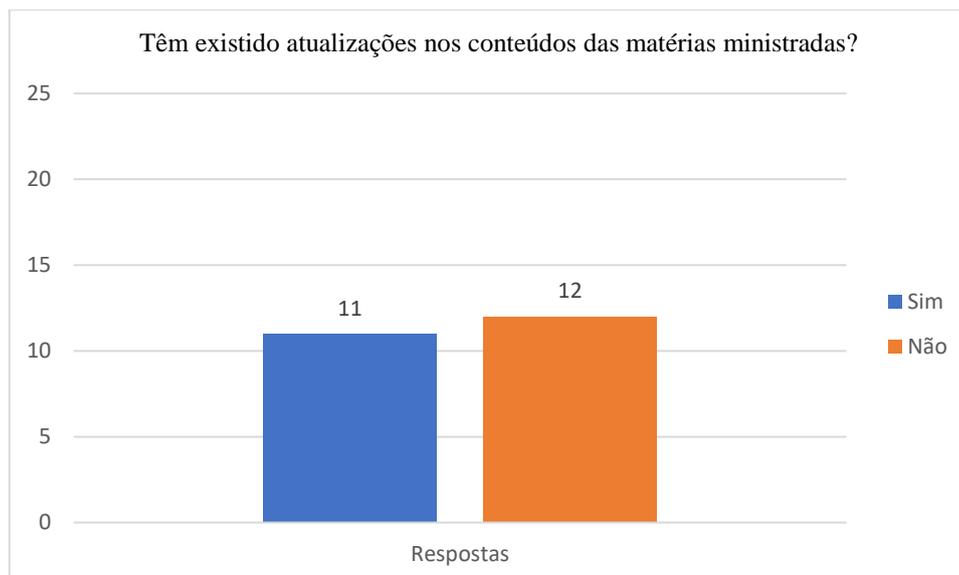


**Figura 7 - Respostas à questão n.º 2**

A resposta à ausência de critérios foi a mais verificada, com 18 elementos a afirmarem não haver critérios ou a responderem que os critérios utilizados são as consultas aos comandantes das subunidades, aos formadores e/ou aos formandos, estes últimos através do dossier pedagógico das formações realizadas. Este número de respostas equivale a 78% da amostra. Os cerca de 22% que responderam que existem critérios definidos para a escolha das matérias a ministrar, indicaram a evolução legislativa, a evolução tecnológica ou a evolução social como os indicadores para a escolha dos conteúdos formativos.

Os exemplos referidos são efetivamente uma preocupação verificada. No entanto, julgou-se necessário aferir em que medida são definidas as matérias referentes a cada uma destas áreas, o que vem de encontro ao objetivo do presente estudo.

A terceira questão diz respeito à perceção nacional sobre a eventual existência de atualizações dos conteúdos das matérias formativas.

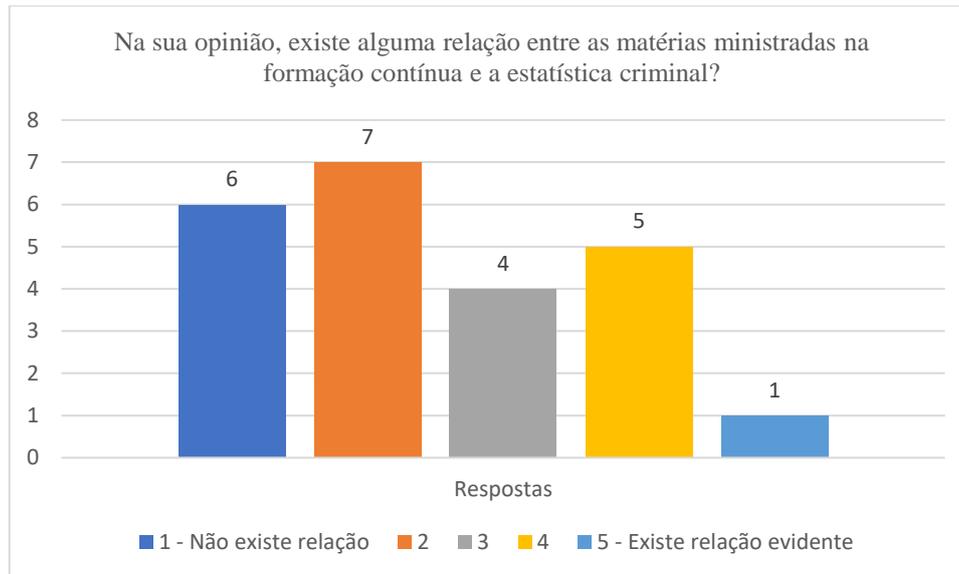


**Figura 8 - Respostas à questão n.º 3**

As respostas a esta questão dividem-se. Verifica-se que quase metade dos inquiridos consideram haver atualizações nos conteúdos da formação profissional, nomeadamente na introdução da formação em matérias como: novas armas; novos procedimentos policiais; formação externa; e relativamente à evolução legislativa, tecnológica e social. A outra metade, 12 dos inquiridos, afirmaram que não existe atualização dos conteúdos. Ressalva-se que, relativamente aos que responderam positivamente, cinco informaram que as atualizações são realizadas pelos próprios formadores, o que dificulta a uniformização dos conteúdos formativos.

Optou-se de seguida realizar duas questões fechadas, por forma a medir o grau de concordância dos inquiridos relativamente a duas questões centrais neste estudo, concretamente no que respeita à relação entre a formação profissional e a estatística criminal.

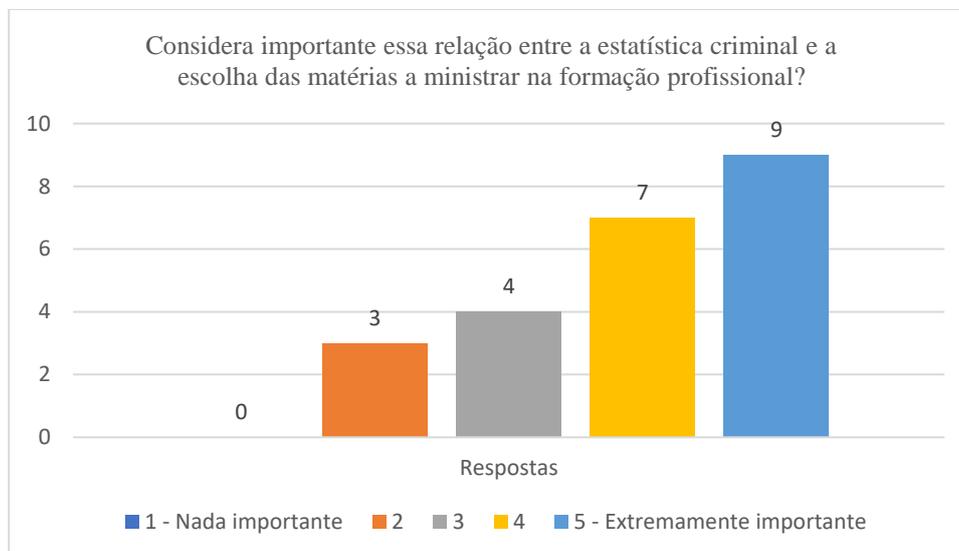
A primeira questão fechada pretendeu medir a opinião sobre a atual existência dessa relação, no sentido de sentir a perceção dos gestores da formação na PSP sobre o uso deste critério na escolha dos conteúdos formativos. As respostas a esta pergunta estão representadas na Figura 9.



**Figura 9 - Respostas à questão n.º 4**

Verifica-se que 13 dos inquiridos responderam que não existe relação entre este fator e as matérias ministradas, ou que existe uma relação baixa, o que corresponde a 56% da amostra. Por outro lado, apenas seis dos inquiridos responderam que existe essa relação, o que equivale a 26%, sendo que, destes, apenas um entende que existe uma relação evidente. Quatro dos inquiridos (17%) optaram por escolher a resposta intermédia, entendendo que a relação poderá existir, mas não estão convictos.

A segunda questão fechada, cujas respostas se encontram representadas na Figura 10, teve como objetivo perceber até que ponto os responsáveis pela formação da PSP consideram importante que este fator da estatística criminal interfira na escolha das matérias a incluir na formação contínua dos profissionais de polícia.



**Figura 10 - Respostas à questão n.º 5**



---

É evidente a importância que os inquiridos atribuem ao fator estatística criminal para ser considerado um dos fatores a ter em conta para a escolha das matérias a serem incluídas na formação dos profissionais de polícia. Dos 23 inquiridos, 16 deles entendem ser importante a relação proposta, o que corresponde a cerca de 69% da amostra. Apenas três (13%) responderam achar pouco importante essa relação.



---

## DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A formação realizada pela PSP baseia-se essencialmente nos PAF, os quais, no âmbito deste estudo, se caracterizam por conterem recorrentemente as mesmas propostas de formação e pela ausência de critérios relativamente às matérias a selecionar. A base dos conteúdos formativos são os diagnósticos realizados às Unidades e Departamentos, como se encontra aliás, definido pela Diretiva Base da Formação da PSP.

Verifica-se que o conteúdo formativo da formação profissional contínua da PSP é definido através das necessidades sentidas pelas estruturas no terreno, de acordo com as diversas missões desempenhadas. No entanto, pode-se retirar do resultado do questionário realizado (ver Método, Capítulo III, ponto 3.), a informação de que não existe um critério objetivo, mas resulta da experiência e sensibilidade dos responsáveis pela formação nas estruturas locais.

No entanto, se tivermos em conta a evolução criminal e a opinião dos responsáveis pela formação espalhados pelas Unidades e Departamentos policiais, pode-se considerar necessário ministrar formação/sensibilização aos profissionais de polícia em determinadas matérias relacionadas com os crimes mais ocorridos. Neste sentido, os crimes de violência doméstica, burla informática, contrafação/falsificação de moeda, violação e ofensa grave à integridade física, são crimes que merecem mais atenção, tendo em conta a subida do número de ocorrências nos últimos quatro anos. Verifica-se, contudo, que apesar de não se encontrar prevista nos PAF, a formação em violência doméstica tem sido realizada extra-PAF, muito devido às pressões externas, nomeadamente nos relatórios de monitorização da violência doméstica, já referidos (ver p. 9). Esta pressão social é resultado do sentimento de insegurança existente relativamente a este crime, a que não é certamente alheio o aumento do número de crimes. Também o crime de burla informática revela-se uma matéria importante a considerar na formação, atendendo ao aumento dos casos registados. É verdade que tem sido dada alguma relevância através de normas técnicas por parte do Departamento de Investigação Criminal e de algumas decisões no combate a esta problemática. Mas a prevenção e a primeira abordagem mereciam, de acordo com os resultados obtidos no presente estudo, maior atenção na preparação dos agentes policiais. Em complemento, naturalmente, das ações de formação relativas aos procedimentos técnicos já realizados.

O exemplo da Polícia francesa é paradigmático no que se refere a este assunto. No plano de formação anual estão claramente definidos os critérios para definir as matérias a



---

incluir na formação, tais como os novos crimes, as mudanças tecnológicas e a evolução da criminalidade, entre outros relativos aos procedimentos técnicos e internos. No respectivo plano, além de outras ações no âmbito dos critérios definidos, encontram-se previstas ações de formação em violência sexual, violência doméstica, cibercrime e investigação da internet e redes sociais, crimes estes que se verificaram com mais incidência nos últimos anos e que são aqui relevados ao nível das necessidades de formação.



---

## CONCLUSÃO

Analisados os resultados das pesquisas realizadas no presente estudo, conclui-se que, efetivamente, os critérios utilizados para a definição das matérias a incluir no PAF da PSP não se encontram expressamente definidos. A existirem, a estatística criminal não parece fazer parte desses critérios, uma vez que não se encontram ações de formação direcionadas para a prevenção e combate aos crimes mais ocorridos nos últimos anos.

A formação ministrada no terreno também não tem relação com a evolução da criminalidade, exceto no caso da violência doméstica. Este caso, decorrente da pressão social, como foi já referido, é demonstrativo de que a Polícia se deve adaptar às necessidades sociais em termos de formação, considerando o sentimento de insegurança da população. Não se deve, por isso, limitar-se a esperar que a pressão externa defina as necessidades formativas dos profissionais de polícia, mas agir proativamente.

Verifica-se que existem outros países com esta preocupação. Este trabalho apresenta apenas o exemplo francês, pelos motivos já referidos de dificuldade em obter os dados necessários para análise. Neste exemplo é perceptível a preocupação em preparar os elementos policiais para a nova criminalidade e para a prevenção e combate aos crimes com maior número de ocorrências registadas.

Naturalmente que a estatística criminal, por si só, não é suficiente para definir os crimes que merecem preocupação para serem incluídos no PAF. É necessário definir critérios objetivos para a escolha dos crimes que devem fazer parte dos conteúdos da formação contínua. Propõe-se que o desenho de um novo plano de formação deva incluir matérias relacionadas com:

- a) Os dois crimes com maior número de ocorrências registadas;
- b) Os dois crimes com maior evolução nos últimos anos/último ano;
- c) O crime de tipologia grave e violenta com maior aumento do número de casos;
- d) Eventualmente um novo crime que surja e que mereça destaque pelo número de ocorrências registadas.

A ideia mais importante que se pode concluir com este estudo é a necessidade de estabelecer critérios claros no sentido de definir a formação a realizar aos polícias, por forma a estes estejam permanentemente preparados para enfrentar os novos desafios e para escolher os melhores procedimentos na prevenção e combate à criminalidade.



A estatística criminal poderá ser um dos critérios a ser utilizado, mas este estudo serve essencialmente de alerta para a necessidade de serem criados critérios mais objetivos para a definição dos conteúdos para a formação profissional na PSP.

A proposta final será a de incluir critérios de escolha das matérias a lecionar que vão de encontro às necessidades do serviço policial, tendo em consideração a evolução social, tecnológica e legislativa, no sentido de melhorar o PAF da PSP.

Apesar da dificuldade que existe na organização da formação dos inúmeros conteúdos que são identificados como necessários, é imperioso estabelecer prioridades ajustadas às necessidades formativas específicas, as quais devem estar bem definidas no planeamento nacional.

Para colmatar a falta de tempo e condições para a formação presencial, tem sido cada vez mais utilizada a formação em *e-learning*. Esta é uma aposta já prevista no PAF e para a qual existem vários estudos que aconselham esta prática, no sentido de se poder incrementar alguns conteúdos formativos a um maior número de elementos policiais.

Sendo este um estudo de caso no âmbito da formação realizada na PSP, foi feita uma abordagem à situação específica da relação entre a estatística criminal e a formação contínua. No entanto, a matéria relativa à formação é bastante extensa e necessita de ser alvo de mais estudos científicos no sentido de contribuir para uma atualização de conhecimentos que possam ajudar na constituição de uma melhor programação da formação policial a nível nacional, tal como vem estabelecido na Diretiva de Base da Formação da PSP.

O objetivo final será sempre contribuir para maximizar os resultados para o cumprimento da missão policial, constituindo, tal como se encontra estabelecido na Estratégia da PSP 20/22, “uma Polícia integral, humana, forte coesa e ao serviço do Cidadão”.



---

## REFERÊNCIAS

- Anselmo, A. (2019). *10 anos de Plano de Formação de Tiro: Fatores de impacto nos resultados das provas* (Trabalho Individual Final do 3.º Curso de Comando e Direção Policial, Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/34838>.
- Bardin, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. (Reto, L. A., & Pinheiro, A., Trans.). Lisboa: Edições 70, Lda. (Trabalho original publicado em 1977) (Escrita original em francês).
- Baxter, P., & Jack, S. (2008). Quantitative case study methodology: Study design and implementation for novice researchers. *The Qualitative Report*, 13(4), 544-559. Retrieved from <https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol13/iss4/2>.
- Carvalho, M. (2012). *Da formação na PSP à realidade policial – Estudo exploratório sobre a utilização de meios coercivos de elevada potencialidade letal* (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/32218>.
- Carvalho, P. (2019). *Atendimento a vítimas de violência doméstica: contributos para um serviço policial de qualidade* (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/30319>.
- Carvalho, R. (2016). *Da influência francesa nas políticas públicas de segurança em Portugal* (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/15582>.
- Chanfana, A. (2011). *A importância da formação profissional na Polícia de Segurança Pública* (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação e da Formação, Universidade do Algarve). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.1/1644>.
- Daems, T., & Robert, L. (2007). Crime and insecurity in liquid modern times: an interview with Zygmunt Bauman. *Contemporary Justice Review: Issues in Criminal, Social and Restorative Justice*, 10:1, 87-100. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/10282580601157869>.
- Dammert, L., & Malone, M. (2003). Fear of crime or fear of life? Public insecurities in Chile. *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 22, n. 1, 79-101. doi: <https://doi.org/10.1111/1470-9856.00065>.



- Dawson, C. (2007). *A practical Guide to Research Methods*. Oxford, United Kingdom: How To Books.
- Decreto-Lei n.º 14/2017, de 26 de janeiro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 19, 508-518. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 249, 5142-(33)-5142-(40). Ministério das Finanças.
- Departamento de Formação da DNPSF. (2017). *Plano de formação 2018*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Departamento de Formação da DNPSF. (2018). *Plano de formação 2019*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Departamento de Formação da DNPSF. (2019). *Plano de formação 2020*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Departamento de Operações. (2021). *Diretiva Estratégica n.º 1/2021: Diretiva da Unidade Orgânica de Operações e Segurança para 2021*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Direction Centrale du Recrutement et de la Formation de la Police Nationale. (2020). *Les priorités nationales de la formation continue pour l'année 2021*. France: Police Nationale.
- Estratégia PSP 20/22 (26/02/2020). Lisboa: *Direção Nacional da PSP*.
- Fachin, O. (2006). *Fundamentos de Metodologia*. São Paulo, Brasil: Saraiva.
- Ferreira, F. (2014). *A formação de ativos na PSP: o e-learning e o blended learning como modalidades complementares da formação contínua* (Dissertação de Mestrado Supervisão Pedagógica, Universidade Aberta). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.2/3288>.
- Ferreira, F., & Moreira, J. A. (2014). *A formação em elearning e b-learning na Polícia de Segurança Pública – Retrato, Percurso e Perspetivas*. Santo Tirso: Whitebooks.
- Ferreira, S. (2010). *Sentimento de insegurança – Contributos para a construção de indicadores de medida* (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/32192>.
- Freixo, J. (2009). *Metodologia científica – Fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gabinete Coordenador de Segurança. (1997). *Relatório final do grupo de avaliação do ensino e dos processos de formação no domínio das forças e serviços de segurança*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.



- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2017). *Inquérito à Formação Profissional Contínua 2015*. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Retrieved from <http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/37636/cvts2015sint.pdf/983fb4c5-c590-4f0a-a9de-915cc2a81f8c>.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2016*. Sistema de Segurança Interna. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=20170331-pm-rasi-2016>.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2017*. Sistema de Segurança Interna. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2017>.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2018*. Sistema de Segurança Interna. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2018>.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. (2020). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2019*. Sistema de Segurança Interna. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2019->.
- Grandes Opções Estratégicas da PSP para 2017-2020 (2016). Lisboa: *Direção Nacional da PSP*.
- Leitão, J. (2001, Mar/Abr). Lisbon Security 2001 – A segurança no terceiro milénio. *Polícia Portuguesa*, Ano LXIV, II Série, n. 128, 11-15.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, Brasil: Atlas S.A.
- Marques, R. (2017). *Crime e insegurança em meio urbano – Um estudo de caso* (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/20017>.
- Ministère de l'Intérieur (2017). *Insécurité et délinquance en 2016: premier bilan statistique*. Paris. SSMSI-Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure. Retrieved from <https://www.interieur.gouv.fr/Interstats/Themes/Delinquance-economique/Insecurite-et-delinquance-en-2016-premier-bilan-statistique-Elements-statistiques-relatifs-a-la-cybercriminalite>.



- Ministère de l'Intérieur (2018). *Insécurité et délinquance en 2017: premier bilan statistique*. Paris. SSMSI-Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure. Retrieved from <https://www.interieur.gouv.fr/Interstats/Actualites/Insecurite-et-delinquance-en-2017-premier-bilan-statistique>.
- Ministère de l'Intérieur (2019). *Insécurité et délinquance en 2018: premier bilan statistique*. Paris. SSMSI-Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure. Retrieved from <https://www.interieur.gouv.fr/Interstats/Actualites/Insecurite-et-delinquance-en-2018-premier-bilan-statistique>.
- Ministère de l'Intérieur (2020). *Insécurité et délinquance en 2019: premier bilan statistique*. Paris. SSMSI-Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure. Retrieved from <https://www.interieur.gouv.fr/Interstats/Actualites/Insecurite-et-delinquance-en-2019-bilan-statistique>.
- Moita, P. F. (2001, Nov/Dez). As potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação na formação dos agentes das forças de segurança. *Polícia Portuguesa*, Ano LXIV, II Série, n. 132, Apêndice.
- Moreira, M. (2011). *Recrutamento, seleção, formação e avaliação de desempenho na Polícia de Segurança Pública – repercussões na motivação, satisfação e desempenho* (Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos, Universidade do Minho). Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/18834>.
- NEP n.º RH/DEPFORM/01/01 (30/04/2008). *Diretiva de Base da Formação*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Parker, W. H. (1964). *Preparación de la policía – Primera serie*. (Docón, O. D., Trans.). México: Editorial Limusa-Wiley, S. A. (Trabalho original publicado em 1961) (Escrita original em inglês).
- Pinho, P., & Nunes, P. (1997, Jan/Fev). Polícia Sueca. *Polícia Portuguesa*, Ano LX, II Série, n. 103, 22-25.
- Pissarra, A. (2018). *A política de prevenção criminal na Polícia de Segurança Pública* (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/25017>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2019, de 6 de março. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 46, 1528-1529. Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019, de 19 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 157, 75-79. Presidência do Conselho de Ministros.



- Rocha, H. (2011). *Violência Doméstica – A atuação da Polícia de Segurança Pública na prevenção da revitimização* (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/24499>.
- Rodrigues, M. (2016). *Desenvolvimento e atualização de competências: a formação como ferramenta de gestão estratégica de recursos humanos – Estudo de Caso* (Dissertação de Mestrado em Marketing e Comunicação, Instituto Politécnico de Coimbra). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/17699>.
- Santo, P. E. (2000, Mai/Jun). Da estratégia à decisão. *Polícia Portuguesa*, Ano LXIII, II Série, n. 123, 17-18.
- Santos, F. A. (2019). *Técnicas de Intervenção Policial: A Preparação no Curso de Formação de Oficiais de Polícia* (Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/30338>.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. (2019). *Violência Doméstica - 2018. Relatório Anual de Monitorização*. Ministério da Administração Interna. Retrieved from [https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/vd/RelVD\\_2018.pdf](https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/vd/RelVD_2018.pdf).
- Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. (2020). *Violência Doméstica - 2019. Relatório Anual de Monitorização*. Ministério da Administração Interna. Retrieved from [https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/vd/RelVD\\_2019.pdf](https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/vd/RelVD_2019.pdf).
- Torres, J. (2011). Segurança “*Just In Time*”: abandonar de vez o paradigma da mão-de-obra intensiva. *Politeia*, Ano VIII-2011, 235-247.
- Williams, F. P., McShane, M. D., & Akers, R. L. (2000). Worry about victimization: An alternative and reliable measure for fear and crime. *Western Criminology Review*, v. 2, issue 2. Retrieved from <http://www.westerncriminology.org/documents/WCR/v02n2/williams/williams.html>.
- Yin, R. K. (2003). *Case Study Research – Design and Methods*. California, United States of America: Sage Publications, Inc.



**APÊNDICE A**  
**QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS RESPONSÁVEIS PELA ÁREA DE**  
**FORMAÇÃO NAS UNIDADES/DEPARTAMENTOS DA PSP**

**Raul Jorge Caetano Curva**

**De:** Raul Jorge Caetano Curva  
**Enviado:** 19 de janeiro de 2021 23:39  
**Para:** Raul Jorge Caetano Curva; 'raulcurva@gmail.com'  
**Assunto:** 5.º CDEP - Trabalho de Individual Final - Recolha de Opinião/Entrevista - FORMAÇÃO NA PSP - DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES  
**Anexos:** Autorização Entrevistas Intendente Raul Curva.pdf

Exmo.(a) Senhor(a)

Na qualidade de auditor do 5.º Curso de Direção e Estratégia Policial (CDEP), proponho-me realizar um estudo académico com o tema “Formação na PSP – Definição de Prioridades”, abordando o relacionamento da situação da formação profissional atual na PSP com a estatística dos crimes denunciados, a fim de poder estabelecer prioridades de formação de acordo com as necessidades de prevenção e combate à criminalidade.

O presente estudo foi aprovado pelo Exmo. Senhor Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e a formulação da entrevista/recolha de opinião foi superiormente aprovada pelo Exmo. Senhor Diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica de Recursos Humanos, conforme documento que anexo.

No sentido de poder recolher as opiniões conceituadas de V. Ex.ª, e tendo em consideração a situação pandémica que vivemos, a entrevista é remetida através de plataforma eletrónica, bastando clicar no seguinte link:

**FORMAÇÃO NA PSP - DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES**  
[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeYgglU9CwoF5d\\_TisxnU\\_hzKOJ9-tQL7h\\_GOZxi5qUSEkw/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeYgglU9CwoF5d_TisxnU_hzKOJ9-tQL7h_GOZxi5qUSEkw/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0)

A entrevista pretende ser curta e bastante direta, contendo apenas três questões abertas e duas fechadas, pretendendo não prejudicar a sua atividade, sendo especialmente dirigida aos responsáveis pela área da formação em cada um dos Comandos/Departamentos da PSP.

Solicita-se ainda a submissão das respostas **até ao dia 25 de janeiro de 2021**, inclusive.

Qualquer dúvida ou questão, poderão ser colocadas através dos seguintes contactos: [rjcurva@psp.pt](mailto:rjcurva@psp.pt) ou [964936644](tel:964936644).

Agradeço desde já a sua prestimosa colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

“Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão” – Estratégia PSP 20/22

Raul Jorge Caetano Curva  
Intendente | National Police Intendent  
2º Comandante Distrital | 2nd District Commander

T: +351 258 809 880  
F: +351 258 809 881

M: +351 964 936 644  
E: [rjcurva@psp.pt](mailto:rjcurva@psp.pt)

PSP Viana do Castelo



Comando Distrital da PSP de Viana do Castelo  
Rua de Aveiro | 4904-875 Viana do Castelo | PORTUGAL

[www.psp.pt](http://www.psp.pt)





## FORMAÇÃO NA PSP - DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

Raul Curva, Intendente da Polícia de Segurança Pública (PSP), na qualidade de auditor do 5.º Curso de Direção e Estratégia Policial (CDEP), propõe-se realizar, como Trabalho Individual Final (TIF), um estudo académico com o tema em epígrafe, abordando o relacionamento da situação da formação profissional atual na PSP com a estatística dos crimes denunciados, a fim de poder estabelecer prioridades de formação de acordo com as necessidades de prevenção e combate à criminalidade.

A fim de perceber a forma como atualmente são definidas as matérias a ministrar na formação profissional na PSP (formação contínua), a recolha de informação junto de entidades de reconhecida competência na temática em desenvolvimento assume um papel academicamente relevante para a consistência do domínio de conhecimento que nos propomos explorar e para a credibilidade dos argumentos que iremos apresentar. Neste sentido, agradecendo desde já a disponibilidade de V. Ex.ª para responder às questões que se seguem, as quais foram superiormente autorizadas, conforme ficheiro anexo, solicito que as respostas sejam remetidas até ao próximo dia 25 de janeiro, inclusive.

O tratamento das entrevistas será exclusivamente para complemento do trabalho e qualquer informação de natureza classificada não será tornada pública. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para fins académicos e poderão constar, única e exclusivamente, no TIF supramencionado, sem indicar a identificação dos autores das respostas.

São apresentadas 5 (cinco) questões, 3 (três) de resposta livre e 2 (duas) de resposta fechada. Todas as questões são de resposta opcional, sendo no entanto todas importantes para a análise da situação.

Caso V. Ex.ª assim o entenda, ser-lhe-á disponibilizada - a seu pedido - a transcrição da entrevista ou dos excertos a utilizar, bem como os dados resultantes da sua análise, antes da entrega do trabalho.

Se existir alguma dúvida ou pretender apresentar alguma questão prévia, poderá utilizar os seguintes contactos: [rjcurva@psp.pt](mailto:rjcurva@psp.pt) ou 964936644.

Muito obrigado pela sua prestimosa colaboração.

O Auditor

Raul Jorge Caetano Curva  
Intendente



1. O ponto 4. f. (2), da Diretiva de Base da Formação Profissional da PSP, atribui competência ao Departamento de Formação para proceder a estudos, inquéritos e outros trabalhos conducentes à identificação das carências no domínio da formação profissional. Tem conhecimento de estudos têm sido feitos relativamente a esta matéria? Quais?

---

---

---

---

---

2. Quais os critérios que têm sido utilizados para definir as matérias a ministrar na formação contínua, ou nas propostas a remeter ao Departamento de Formação?

---

---

---

---

---

3. Têm existido atualizações nos conteúdos das matérias ministradas? Porquê?

---

---

---

---

---



4. 4. Na sua opinião, existe alguma relação entre as matérias ministradas na formação contínua e a estatística criminal? Numa escala de 1 a 5, diga qual o grau de relação que pensa existir.

*Mark only one oval.*

	1	2	3	4	5	
Não existe qualquer relação	<input type="radio"/>	Existe relação evidente				

5. 5. Considera importante essa relação entre a estatística criminal e a escolha das matérias a ministrar na formação profissional? Numa escala de 1 a 5, diga qual a importância que considera.

*Mark only one oval.*

	1	2	3	4	5	
Nada importante	<input type="radio"/>	Extremamente importante				

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms



**APÊNDICE B**  
**FORMAÇÃO PREVISTA/REALIZADA NA PSP**  
**ANOS 2016-2017-2018-2019<sup>11</sup>**

---

<sup>11</sup> Informação retirada dos PAF e relatórios anuais da PSP.



AÇÕES DE FORMAÇÃO 2016	N.º DE FORMANDOS	
	Previstos	Formados
<b>FORMAÇÃO PAF</b>		
Curso de Inspeção Judiciária	15	0
Curso de Investigação Criminal	40	40
Curso de Análise Criminal	20	19
Curso de Técnicas de Aperfeiçoamento de Investigação Criminal	20	20
Curso de Fotografia Criminal	15	14
Curso de Exploração das Comunicações	44	32
Curso de Atualização de Formadores PIPP/MIPP	20	19
Curso de Formação de Formadores MIPP	20	21
Curso Estratégico de Prevenção Policial	20	0
Gestão de Projetos Policiais	60	35
Formação de Qualidade	100	168
Curso de Gestão de Bares e Messes	25	20
Curso de Segurança Privada	40	43
CIFRA	47	32
Curso de Investigação de Acidentes de Viação	20	19
Verificação e Classificação de Armas e Munições	80	123
Decisores em Matérias de Armas e Explosivos	50	0
Licenciamento, Fiscalização e Classificação de Armas e Munições	50	47
Peritos de Armas e Munições	15	23
Segurança em Ato de Fiscalização	25	0
Licenciamento, Fiscalização de Explosivos e Matérias Perigosas	50	49
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	24	24
Gestão da Formação	20	0
Comando e Liderança	40	32
Técnicas de Comando e Liderança	40	40
Chefia e Liderança Para Técnicos Superiores	20	0
Como Redigir Objetivos para a Avaliação de Desempenho	20	0
Informações Policiais e Prevenção da Criminalidade	50	0
Tráfico de Seres Humanos	40	44
Gestão de Segurança em Grandes Eventos Nível 1	20	0
Direito Disciplinar	20	16
Conceção de Ações de Formação online (e-learning)	20	0
Curso de Excel em b-learning	30	22
Curso de Língua Gestual Portuguesa b-learning	30	45
<b>FORMAÇÃO EXTRA-PAF</b>		
SIREC - Gestão de Tesouraria		72
Curso de Condução Defensiva 4X4		11



Análise de Informações Criminais		21
IGAMAOT		21
Direito Disciplinar		47
Formação PIIC		29
Segurança Transportes Públicos		38
Investigação Criminal de Comando		20
GESDOC		14
Curso de Protecção dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais na Administração Pública		22
Spotting e Inteligência Desportiva - CM Lisboa		50
Curso de Operadores de Alcoolismo e Toxicodependência		5
Estágio de Actualização de Negociadores		32
Formadores Sobre Fiscalização e Protecção de Animais de Companhia		38
Hardware Specification for SIMFOX		10
Licenciamento, Fiscalização e Classificação de Armas e Munições		108
Licenciamento, Fiscalização de Explosivos e Matérias Perigosas		75
Curso de Pesquisa Encoberta de Informações Criminais		12
Gestão de Bares e Messes		17

AÇÕES DE FORMAÇÃO 2017		N.º DE FORMANDOS	
FORMAÇÃO PAF	Previstos	Formados	
Direito Disciplinar	40	20	
Segurança Privada	20	61	
Atualização Segurança Privada	20	0	
Curso de CIFRA	30	0	
Exploração das Comunicações	40	78	
Utilizadores SIRESP	40	36	
Formação Formadores Trânsito	20	0	
Formação Formadores MIPP	20	0	
Atualização Formadores MIPP	20	0	
Investigação Criminal	50	120	
Entrevista, Interrogatório e Intervenção em Tribunal	25	25	
Técnicas de Aperfeiçoamento de Investigação Criminal	50	50	
Fotografia Criminal	16	0	
L.F. C. Armas e Munições	40	49	
L.F. Explosivos e Matérias Perigosas	40	36	
Verificação e Classificação de Armas e Munições	80	61	
Assessores em Matéria de Armas e Explosivos	20	20	
Peritos em Armas e Munições	20	18	
Comando e Liderança	40	0	
Gestão de Projetos Policiais	20	0	



Contabilidade Pública	20	0
Formação de Formadores SEI	20	20
Gestão da Segurança de Grandes Eventos - nível 1	20	0
Gestão de Incidentes Críticos	25	0
Formação de Formadores TIP	25	57
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	12	10
Gestão da Formação	25	0
Spotting e Inteligência Desportiva	80	0
Noções Gerais de Logística e Recursos Humanos	40	0
Comunicação e Gestão dos Media	25	0
Condução Defensiva	20	20
Inteligência Policial e Prevenção Criminal	40	0
Gestão de Bares e Messes	20	0
Formação de Formadores GESDOC	20	0
<b>FORMAÇÃO EXTRA-PAF</b>		
Formação de Formadores em Técnicas de Detecção e Abordagem		36
Segurança em Transportes Públicos		20
Qualidade na PSP - Autoavaliação		78
Qualidade na PSP - Manual de Procedimentos		85
Gestão Documental		37
Sei - BASE		11
SHENGEN		221
SIRESP		36
Inspeção Judiciária		17
Pesquisa Encoberta de Informações Criminais		7
Análise de Informações Criminais		12
Língua Gestual Portuguesa para Polícias - B-learning		46
Técnicas de Intervenção Policial - EIR		20
Curso Protecção e Preservação do Ambiente		25
Formação de Formadores para detentores de cães perigosos e potencialmente perigosos – Oficiais		20
Formação de Formadores para detentores de cães perigosos e potencialmente perigosos – Chefes		20
Formação de Formadores para detentores de cães perigosos e potencialmente perigosos – Agentes		20
Curso de Intervenção Policial com Menores		71
Formação de Formadores em SBV - INEM		15
Modulo Tiro		60
Prevenção do Suicídio” e “Suicídio e Gestão da Crise Suicida		437
<b>FORMAÇÃO EXTERNA</b>		
Formadores de Protecção NRBQ		2
Descontaminação NRBQ		2



Proteção Individual NRBQ		2
COPAT		10
Adobe in design		2
Contencioso Administrativo		2
Saber Elaborar Pareceres Jurídicos		2
Regime Geral das Contraordenações		2
Contraordenações e crimes ambientais		6
Curso Geral Segurança Informação Classificada		17
Direção Geral do Consumidor		50
Reciclagem de operadores de radar		35
Procedimento administrativo para não jurista		1
Gestão Patrimonial da Administração Pública		4
Código dos Contratos Públicos		3
Normalização contabilística		36
Normalização contabilística		129
PROTASIS (APAV)		39
Juntos Por todos (ACM)		867
Comunicar em Segurança (Fundação PT)		312
54.º Curso de Especialização em Monitor de Educação Física		1
Criminalidade Automóvel		30

AÇÕES DE FORMAÇÃO 2018	N.º DE FORMANDOS	
FORMAÇÃO PAF	Previstos	Formados
Trânsito	25	32
Intervenção Policial com menores	25	0
Exploração das Comunicações	100	43
Análise de Informações Criminais	20	0
Pesquisa Encoberta de Informações Criminais	15	0
Investigação Criminal	75	94
Entrevista, Interrogatório e Intervenção em Tribunal	40	43
Curso Prático SIGAE	40	52
Licenciamento, Fiscalização e Classificação de Armas e Munições	25	0
Licenciamento e Fiscalização de Produtos Explosivos e Precursores	25	0
Verificação e Classificação de Armas e Munições	25	37
Chefia e Assessoria em Matéria de Arma e Explosivos	20	20
Peritos em Armas e Munições	20	58
Investigação Pós-Explosão	20	0
Atualização L.F.C. de Armas e Munições	20	23
Atualização L.F. de P.E. e Precursores	20	0
Segurança de Artigos Pirotecnia	40	0



Formação de Formadores SEI	20	25
Técnicas Comando e Liderança	25	20
Chefia e Liderança para Técnicos Superiores	20	14
Comando e Liderança	25	14
Formação de Formadores TIP	25	24
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	24	24
Gestão da Formação	25	0
Mecânico de Armamento	10	0
Excel – b-learning	25	7
Iniciação à Língua Gestual Portuguesa para Polícias	50	0
Gestão de Projetos Policiais	20	17
Segurança Privada	20	0
Sistema da Gestão da Qualidade PSP	60	0
Qualidade na PSP – atualização	60	19
Qualidade na PSP – Manual de Procedimentos - atualização	60	15
<b>FORMAÇÃO EXTRA-PAF</b>		
Curso CIFRA		16
Curso Segurança em Ato de Fiscalização		20
Formação Pedagógica Inicial de Formadores		10
Curso de Fusão de NIP no SEI – Segurança Privadas		23
Curso de Juízes Árbitros de Tiro Desportivo		6
Curso de Qualidade na PSP - Autoavaliação		19
Curso de Entrevista, Interrogatório e Intervenção em Tribunal		43
Curso Internacional de Spotting e Inteligência Desportiva		8
Curso E-learning- e-Identificação de Armas e munições		12
Curso E-learning- Portal Estatístico		16
<b>FORMAÇÃO EXTERNA</b>		
Curso de Formação do Sistema de Segurança Eletrónica da		4
Responsabilidades e Áreas de Intervenção em Proteção Civil		4
Curso Geral de Segurança da Informação Classificada		23
Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e		7
Regime Geral de Proteção de Dados		1
Curso Intensivo de Inglês		1
Curso de Encarregado de Proteção de Dados		2
Curso de Informação Administrativa e a Proteção de Dados		2
Curso de Comunicação e Interação com os Media		94
Curso de Documentação de Segurança e Fraude Documental		45
Formação para Formadores Taser X2		13
INA – Gestão de Ativos Patrimoniais		1
Regime Jurídico da Contratação Pública		38



Curso de Estudos Africanos		1
XIX Curso de Defesa para Jovens		1
Curso de Descontaminação NRBQ		2
Curso de Identificação de Peixes		3
Curso de Formação de Formadores do Sistema POLICE		22
Curso de Proteção Individual NRBQ		72
Proteção Penal e Contraordenacional dos Animais		72
Curso de Informações de Fontes Abertas		1

AÇÕES DE FORMAÇÃO 2019	N.º DE FORMANDOS	
FORMAÇÃO PAF	Previstos	Formados
Trânsito	30	30
Exploração das Comunicações	28	27
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	12	12
Investigação Criminal	86	86
Licenciamento, Fiscalização e Classificação de Armas e Munições	25	25
Licenciamento e Fiscalização de Produtos Explosivos e Precursores	15	15
Verificação e Classificação de Armas e Munições	12	12
Curso de Qualidade na PSP – Autoavaliação	21	22
Curso CFFTIP	30	17
Investigação Pós-Explosão	20	20
Curso de Inspeção Judiciária	16	18
Curso de Inteligência e Prevenção da Criminalidade	21	21
Segurança dos Artigos Pirotecnia	25	39
Curso Prático SIGAE Armas	17	14
Curso de Utilizadores SIRESP	125	99
Curso de Formação de Formadores TASER X2	24	27
Mecânico de Armamento	10	9
Qualidade na PSP – Manual de Procedimentos	21	22
Curso de Formação de Formadores em Técnicas de Detecção e Abordagem Preventivas	12	13
Curso de Segurança Privada Nível 2	40	41
Curso de Especialização de Peritos em Armas e Munições	50	56
Curso de Chefia e Assessoria em Matéria de Armas e Explosivos	20	18
Curso de Técnicas de Intervenção Policial	15	15
Formação Comum para Missões Internacionais	30	30
Curso de Especialização e Utilização de Gás OC	15	15
FORMAÇÃO EXTRA-PAF		
TIP Motociclistas		8
Formação Pedagógica Inicial de Formadores		24
Formação de Formadores em Armamento Menos Letal		32



Curso Segurança em Ato de Fiscalização		38
Curso de Fusão de NIP no SEI – Segurança Privadas		10
Segurança em Transportes Públicos		85
Curso E-learning- e-Identificação de Armas e munições		141
Formação Formadores Prevenção e Intervenção Policial em Violência Doméstica		32
Intervenção Policial com Menores		40
Curso de Atualização de Análise de Informações Criminais		12
Análise de Informações Criminais		24
Especialização e Atualização do Uso de Bastão Extensível		207
<b>FORMAÇÃO EXTERNA</b>		
IV Curso Internacional de Información		2
Curso de Métodos Práticos de Controlo e Gestão S		12
Sistemas de Gestão de Qualidade – Implementação da NP EN ISO		1
CNP – Curso de Inspección de Vertidos en Águas Residuales		3
Alcoolímetros SAFIR – Formação Operacional		16
Curso Geral de Segurança da Informação Classificada		33
Especialização Formação de Formadores MTR Emissões Poluentes Solo e Atmosfera		28
Curso de Policiamento de Crimes de Ódio contra pessoas LGBTI		10
XIV Jornadas Internacionais de Protocolo		3
CEU-Interviewing Victim, Witness and Suspect Prof. Stand. Ethical Norms		28
Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências		5
Curso Ambiental para a Estrutura de Investigação Criminal da PSP		18
Curso de Operações OSINT – Informações em Fontes Abertas		1
Curso de Sobrevivência, Evasão, Resistência e Extração		2
First Responder Missing Children Training		10
Curso de Proteção Individual NRBQ		2
Formação Articulate Storyline		9
Curso de Formação Avançado de Análise Digital Forense		15
Curso de Técnicas de Vigilância		7
Curso de Operações HUMINT		1
Curso de Direito Disciplinar no Direito Administrativo		1



---

**APÊNDICE C**  
**FORMAÇÃO PREVISTA NA *POLICE NATIONALE* EM FRANÇA**  
**ANO 2021<sup>12</sup>**

---

<sup>12</sup> Informação retirada do documento “Les priorités nationales de la formation continue pour l’année 2021”, da Direction Centrale du Recrutement et de la Formation de la Police Nationale (França).



PROPOSTA PELO DCRFPN
<b>EIXO 1 - PREPARAÇÃO PARA NOVAS FORMAS DE PROTESTO VIOLENTO</b>
Homicídio em massa – para pessoal da CIC-SIC
Iniciação às técnicas operacionais de formatura e de intervenção
Atirador qualificado de armas de fogo
Gestão tática de homicídio em massa por socorristas do 2.º nível
Atirador certificado de armas de fogo
Aplicação API/PNR França – Utilizador
Estratégias e técnicas de intervenção em zonas urbanas sensíveis (STIQS)
Comunicação operacional não verbal (CONV) – Formação a distância
<b>EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DE INVESTIGAÇÃO RELACIONADAS COM AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E À EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE</b>
Software Mercury – Módulo de Utilizador
Software Mercury – Módulo de Utilizador Avançado
O testemunho do polícia ou do perito no tribunal criminal
A violência sexual e baseada no género
Atualização de conhecimentos em VANT, adaptado às reformas legislativas do CP e CPP
Investigação de acidentes de viação com mortes ou feridos
Atualização de conhecimentos APJ20 – Módulo DPG/DPS
Atualização de conhecimentos APJ20 – Módulo Procedimento Penal
Principais infrações de trânsito
Violência doméstica
Investigação na internet e redes sociais
Intervenção primária na cibercriminalidade
Fundamentos de telefone móvel – Formação a distância
Fundamentos de investigação digital – Formação a distância
Panorama das infrações da cibercriminalidade – Formação a distância
Anonimato, darknet e moedas virtuais – Formação a distância
<b>EIXO 3 - REFORÇO DA LIGAÇÃO POLÍCIA-CIDADÃO</b>
Política de Segurança do Quotidiano (PSQ)
Reclamação: a abordagem relacional e processual
Acolhimento do público
Violência doméstica e avaliação do perigo – Formação a distância
<b>EIXO 4 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DE SUPERVISORES E PREVENÇÃO DE RPS</b>
Fixar os objetivos e controlar os resultados
Introdução às Técnicas de Otimização do Potencial
Comunicar eficazmente com os seus trabalhadores
Conduzir uma reunião



A deontologia no centro da gestão
Dinamizar e motivar a sua equipa
Conduzir as entrevistas de gestão
Prevenir e resolver os conflitos
Construir a sua carreira de gestor
A melhoria da qualidade de vida no trabalho: ferramenta de prevenção e desempenho
Manutenção profissional do pessoal. Um acto de gestão
Implementar o teletrabalho no seu serviço
Saúde e segurança no trabalho (SST): prevenção de riscos psicossociais (RPS)
<b>EIXO 5 - APOIAR A TRANSIÇÃO DIGITAL</b>
Referencial IGAV informatização da gestão da custódia policial
Utilizadores IGAV - Formação a distância
Procedimento penal digital – gestores e supervisores
Processo penal digital - utilizadores - Formação a distância
Condução de eventos, gestão da atividade e segurança das equipas (Pegase 2)
GEOPOL NG
Utilização do corrimão (MC) - Treino à distância